

CAMILA SILVEIRA LEONEL

**POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE EM
CAPITÓLIO – MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Evandro Rodrigues de Faria

Coorientadores: Fernanda Cristina da Silva
Wesley de Almeida Mendes

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

Leonel, Camila Silveira, 1989-
L583p Políticas públicas e turismo sustentável: uma análise em
2022 Capitólio - MG / Camila Silveira Leonel. – Viçosa, MG, 2022.
1 dissertação eletrônica (77 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndice.

Orientador: Evandro Rodrigues de Faria.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Administração e Contabilidade, 2022.

Referências bibliográficas: f. 64-73.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.424>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Turismo sustentável - Capitólio (MG). 2. Políticas
públicas. 3. Sustentabilidade. I. Faria, Evandro Rodrigues de,
1984-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em
Administração. III. Título.

CDD 22. ed. 338.479181

Bibliotecário(a) responsável: Bruna Silva CRB6/2552

CAMILA SILVEIRA LEONEL

POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE EM
CAPITÓLIO – MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 30 de junho de 2022.

Assentimento:



Camila Silveira Leonel
Autora



Evandro Rodrigues de Faria
Orientador

Ao meu irmão, Henrique.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora que me deram forças para seguir e não desistir.

Aos meus pais por todo amor, carinho, dedicação, exemplo de vida, compreensão e apoio que me deram, por sempre acreditarem em mim e por não pouparem esforços para a realização de mais um sonho. A minha mãe, minha infinita gratidão por sempre cuidar de mim com tanto zelo e carinho. Ao meu pai, pelo exemplo de força, coragem e princípios ensinados.

Ao meu irmão, que é o meu porto seguro, meu melhor amigo e me faz sentir capaz de tudo, mesmo diante de tantas dificuldades. A minha irmã Danielle, pelo suporte e incentivo.

A toda a minha família por sempre estar ao meu lado, em especial ao meu avô, José Neto que é um exemplo de vida e inteligência. *In Memoriam* da minha avó Dercy, por ser o meu maior exemplo de amor e cuidado.

Aos meus amigos de toda uma vida, por estarem incondicionalmente ao meu lado e por terem feito essa caminhada ser mais leve! Aos meus amigos do mestrado, em especial Daniela e Cassiano, por dividirem momentos difíceis e graças a cada apoio esse momento final está acontecendo.

À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Medicina e Enfermagem pela oportunidade da realização do mestrado. E todo meu carinho, a Equipe da Unidade de Atenção Especializada em Saúde (UAES) que sempre me apoiou e acreditou que eu seria capaz de terminar essa jornada.

A professora Fernanda Cristina, que sempre esteve disponível para me ajudar em todas as etapas com muito carinho e cuidado. Ao Professor Wesley Mendes, mesmo com o seu tempo muito corrido, esteve presente quando eu mais precisei obrigada pela parceira. E a Bárbara Tavares, por tanta empatia e por me ajudar tanto, tenho certeza que você será uma professora brilhante!

Em especial ao Professor Evandro Rodrigues, por mostrar o verdadeiro significado de orientador através de muita confiança, cumplicidade e apoio. Obrigada por ser esse líder, por estar e se fazer presente em todos os momentos. Obrigada por ser um exemplo de profissional e pessoa, me apresentaram um orientador e termino esse mestrado com uma inspiração de ser humano a ser seguido! Obrigada, também, por acreditar que essa pesquisa seria possível e por não desistir de mim!

Enfim, todos que participaram de forma direta e indiretamente dessa conquista! Obrigada!

RESUMO

LEONEL, Camila Silveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2022. **Políticas Públicas e Turismo Sustentável: Uma Análise em Capitólio-MG**. Orientador: Evandro Rodrigues de Faria. Coorientadores: Fernanda Cristina da Silva e Wesley de Almeida Mendes.

O presente estudo tem o propósito de compreender o papel da administração pública local no desenvolvimento do turismo sustentável em Capitólio. Esta pesquisa está fundamentada nas teorias Butller (1980) e Scott (2011), procurando a relacionar a atuação pública à sustentabilidade. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa possui a natureza quantitativa, classificada como descritiva e a sua fonte de dados é primária com a aplicação de 315 questionários aos residentes do município de estudo. Para a análise dos dados, foram utilizadas as seguintes técnicas: Alfa de Cronbach, Análise de Clusters e Modelagem de Equações Estruturais. De forma geral, constatou-se que o turismo sustentável pode ser influenciado de forma positiva pela participação social, política pública do turismo, desenvolvimento econômico, qualidade da cidade, meio ambiente, cultura local e apenas negativamente para o desenvolvimento social. Mostra que o desenvolvimento social tem a necessidade de uma dedicação maior por parte da administração pública para que os moradores mudem a sua percepção em relação a essa categoria. A não inserção da dependência econômica demonstra que em Capitólio, o apoio ao turismo independe dos benefícios econômicos recebidos pelos residentes. Mostra que a não inclusão da dependência econômica pode ter um lado positivo, pois a população valoriza a atividade turística, independentemente se ela possui ganhos financeiros ou não diretos com a atividade. Os resultados demonstram que para o turismo ser promovido de forma satisfatória para os seus moradores e os turistas, a administração local deve incentivar a participação social nas tomadas de decisão, de forma que a atividade seja feita de forma planejada e controlada, minimizando os impactos negativos, principalmente para os residentes.

Palavras-chave: Turismo sustentável. Políticas públicas do turismo. Sustentabilidade.

ABSTRACT

LEONEL, Camila Silveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2022. **Public Policies and Sustainable Tourism: An Analysis in Capitólio-MG**. Advisor: Evandro Rodrigues de Faria. Co-advisers: Fernanda Cristina da Silva and Wesley de Almeida Mendes.

The present study aims to understand the role of local public administration in the development of sustainable tourism in Capitólio. This research is based on Butler (1980) and Scott (2011) theories, seeking to relate public action to sustainability. As for the methodological procedures, the research has a quantitative nature, classified as descriptive and its data source is primary with the application of 315 questionnaires to the residents of the study municipality. For data analysis, the following techniques were used: Cronbach's Alpha, Cluster Analysis and Structural Equation Modeling. In general, it was found that sustainable tourism can be positively influenced by social participation, public tourism policy, economic development, city quality, environment, local culture and only negatively for social development. It shows that social development requires greater dedication on the part of the public administration so that residents change their perception of this category. The non-insertion of economic dependence demonstrates that in Capitólio, support for tourism is independent of the economic benefits received by residents. It shows that the non-inclusion of economic dependence can have a positive side, as the population values tourist activity, regardless of whether or not it has direct financial gains from the activity. The results show that for tourism to be promoted in a satisfactory way for its residents and tourists, the local administration must encourage social participation in decision-making, so that the activity is carried out in a planned and controlled way, minimizing negative impacts. , especially for residents.

Keywords: Sustainable tourism. Public tourism policies. Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1: Evolução hipotética de uma área turística..... | 19 |
| Figura 2: Modelo teórico para a dinâmica turística..... | 24 |
| Figura 3: Localização da área de estudo e os municípios vizinhos..... | 27 |
| Figura 4: Usina Hidrelétrica de Furnas..... | 28 |
| Figura 5: Bairro Escarpas do Lago – Capitólio/MG..... | 29 |
| Figura 6: Diagrama de caminhos da SEM..... | 35 |
| Figura 7: Modelo de Equações Estruturais e parâmetros estimados..... | 56 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Objetivos da Política de Turismo e relação com a Sustentabilidade..... | 22 |
| Quadro 2: Delineamento Metodológico | 36 |
| Quadro 3: Caracterização da Amostra..... | 37 |
| Quadro 4: Percepção dos capitolinos em relação aos objetivos e papéis da política do turismo..... | 51 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Teste do Alfa de Cronbach para constructos analisados no estudo | 38 |
| Tabela 2: Percepção dos moradores quanto a participação social | 39 |
| Tabela 3: Percepção dos moradores quanto a políticas públicas do turismo..... | 41 |
| Tabela 4: Percepção dos moradores quanto ao meio ambiente | 42 |
| Tabela 5: Percepção dos moradores quanto a cultura local..... | 43 |
| Tabela 6: Percepção dos moradores quanto ao desenvolvimento social | 44 |
| Tabela 7: Percepção dos moradores quanto ao desenvolvimento economico..... | 46 |
| Tabela 8: Percepção dos moradores quanto a qualidade da cidade | 47 |
| Tabela 9: Percepção dos moradores quanto a dependência econômica | 48 |
| Tabela 10: Percepção dos moradores quanto ao turismo sustentável | 49 |
| Tabela 11: Estatística Descritiva por categoria | 52 |
| Tabela 12: Estatística Descritiva por grupos..... | 53 |
| Tabela 13: Índices de ajuste do modelo | 55 |
| Tabela 14: Coeficientes Modelagem de Equações Estruturais | 57 |
| Tabela 15: Síntese dos Resultados dos Testes Realizado | 60 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

MG - Minas Gerais

UFV - Universidade Federal de Viçosa

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNE - Plano Nacional de Educação

OMT - Organização Mundial do Turismo

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 16 |
| 2.1 Turismo Sustentável..... | 16 |
| 2.2 Políticas Públicas no Turismo Sustentável..... | 19 |
| 2.3 Modelo Teórico..... | 23 |
| 3 CAPÍTULO – MINAS GERAIS..... | 26 |
| 4 METODOLOGIA..... | 30 |
| 4.1 Caracterização geral da pesquisa e escolha da unidade de estudo..... | 31 |
| 4.2 Técnica de Coleta de dados..... | 31 |
| 4.2.1 Questionários..... | 31 |
| 4.3 Técnicas de análise de dados..... | 33 |
| 4.3.1 Alfa de Cronbach..... | 33 |
| 4.3.2 Análise de Clusters..... | 34 |
| 4.3.3 Modelagem de Equações Estruturais..... | 34 |
| 4.4 Delineamento Metodológico..... | 36 |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 36 |
| 5.1 Caracterização da Amostra..... | 36 |
| 5.2 Análise da confiabilidade dos constructos..... | 38 |
| 5.3 Análise dos Constructos..... | 39 |
| 5.3.1 Participação Social..... | 39 |
| 5.3.2 Políticas Públicas do Turismo..... | 40 |
| 5.3.3 Meio Ambiente..... | 41 |
| 5.3.4 Cultura Local..... | 43 |
| 5.3.5 Desenvolvimento Social..... | 44 |
| 5.3.6 Desenvolvimento Econômico..... | 45 |
| 5.3.7 Qualidade da Cidade..... | 46 |
| 5.3.8 Dependência Econômica..... | 48 |
| 5.3.9 Turismo Sustentável..... | 49 |
| 5.4 Análise dos Grupos..... | 52 |
| 5.5 Resultados da Aplicação da Modelagem de Equações Estruturais..... | 55 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 61 |
| 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 64 |
| 8 APÊNDICE A – Notas..... | 74 |

1 INTRODUÇÃO

A atividade turística começou e progrediu com o capitalismo, sendo um fenômeno econômico, político, social e cultural, que gera impactos, positivos e negativos. Os países que optaram pelo turismo como uma alternativa de crescimento conseguiram, além de um aumento considerável na geração de empregos, uma elevação significativa em suas receitas (SILVA, 2004). O Turismo é uma atividade econômica que detém uma ligação direta ao local explorado, implicando tanto na área política, social, ambiental e cultural, ao desenvolver, a região é tomada por consequências (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS — CNM, 2012).

Para Barreto (1991, pp. 47 – 48), “o turismo é essencialmente movimento de pessoas e atendimento às necessidades dos moradores, assim como às das pessoas que viajam. O turismo é o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atribuições decorrentes dessa interação”. Para Beni (1998, p. 36), a atividade turística “é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físicos, econômicos e socioculturais da área receptora”.

O conceito de turismo da Organização Mundial do Turismo [OMT] (2001):

“É o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com o objetivo de lazer, negócios ou outros motivos, não relacionados com uma atividade remunerada no lugar visitado. Importante assinalar que o turismo compreende todas as atividades dos visitantes, tanto de turistas como de excursionistas.”

O turismo possui um diferencial em comparação a outras funções econômicas, por ser um produto/serviço que só pode ser consumido in loco e como consequência disso, existe um estímulo ao desenvolvimento de outras partes da economia e de infraestrutura. Atividade turística também é um forte indutor na geração de renda e emprego local, através da capacidade dos atores em compartilhar conhecimentos, culturas e valores com o objetivo de desenvolvimento local. O turismo gera um ambiente econômico, político e institucional com condições imprescindíveis de competitividade. O nível alcançado depende da capacidade organizacional e das estratégias de interação e cooperação entre as instituições que atuam na atividade turística ou que eles se relacionam (MONFORT 2000).

O Turismo é apontado com uma das maiores atividades econômicas em expansão no mundo e movimenta um volume de capital cada vez maior, que beneficia a comunidade em geral. Tem uma forte repercussão no rendimento, emprego, nível de bem-estar, nas relações sociais, na valorização da cultura regional e na paisagem local. Criando a possibilidade de

solucionar a pobreza e as desigualdades sociais, preservando a cultura e o fortalecimento da identidade local (LIMA; MARQUES, 2007).

O desenvolvimento do turismo está ligado também a efeitos indesejáveis no meio ambiente, na comunidade e na economia, ocasionando impactos negativos, como: aumento na poluição visual, sonora e ambiental, nas taxas de crimes e aumento no custo de vida (COITINHO; MIRANDA; FRIEDE, 2018). Um planejamento adequado viabiliza o desenvolvimento da atividade sem perder a qualidade de vida dos residentes e dos produtos e serviços ofertados aos turistas. Sendo a sustentabilidade, a opção para que tenha o desenvolvimento e o crescimento da atividade econômica sem perder a qualidade de vida e sem comprometer futuras gerações (GRIM et al., 2013).

O desenvolvimento sustentável tem a capacidade de atender a necessidade do presente sem comprometer a das futuras gerações. O turismo, sendo o responsável por atender as necessidades dos moradores e visitantes e, ao mesmo tempo, mantendo as oportunidades para as futuras gerações, sem tempo definido (BUTLER, 1999; WALIGO; CLARKE; HAWKINS, 2013). O turismo sustentável é aquele que é economicamente viável, mas que não devasta os recursos das atividades futuras (SWARBROOKE, 1999). A missão da sustentabilidade, não acontece apenas pela autorregulação ou por determinações do Estado. A participação na tomada de decisões e no planejamento mostram que as ações em conjunto dos atores sociais com os órgãos públicos, são essenciais para que as políticas públicas levem atividade turística a sustentável (STEVENSON; AIREY; MILLER; 2008).

O turismo é uma área que tem a necessidade de um planejamento participativo, sendo que suas ações, decisões e objetivos são por meio da interação entre os agentes públicos e privados (GOELDNER; RITCHIE, 2006). Quando há planejamento, a atividade turística pode colaborar com a minimização dos impactos ambientais, econômicos e sociais. A redução desses impactos gera o respeito e o fortalecimento dos costumes, valores e crenças da cultura local, proporcionando o enriquecimento da identidade de um povo, sociedade ou região. Esses resultados significativos se devem à participação ativa dos atores comunitários durante todo o processo de desenvolvimento do projeto turístico (DIAS, 2008).

A função das políticas públicas do turismo é determinar ações e estratégias do planejamento. Assim, elas objetivam estabelecer soluções ou direcionar condutas relacionadas ao desenvolvimento dessa atividade de forma sustentável. Além disso, buscam o envolvimento de atores locais no processo decisório, tornando a sociedade ativa no âmbito do planejamento (CRUZ, 2000). Dessa forma, o papel das políticas do turismo é coordenar e planejar o funcionamento dessa atividade econômica na localidade; direcionar e orientar os envolvidos

neste setor e promover a participação e discussão dos atores sociais para que haja interação em busca de uma eficiência coletiva (LANZARINI; BARRETTO, 2014).

Políticas e planos para o setor de turismo devem refletir as oportunidades, condições e restrições de planejamento na localidade. Quando turismo é o setor dominante em uma economia, as políticas devem refletir as aspirações de desenvolvimento e prioridades devido a sua dependência do município a atividade turística (JENKINS, 2015). Regiões muito dependentes do turismo, precisam de estratégias para manter o destino turístico com um fluxo regular, ao longo de todo ano, isso porque a maioria das atividades turísticas dependem de fatores climáticos, e sofrem com a sazonalidade do turismo. Além da sazonalidade, o município dependente do turismo, precisa pensar nas políticas públicas para manutenção da atividade, sem esquecer da promoção da qualidade de vida da população local e a proteção do ambiente visitado. O planejamento estratégico é fundamental para que os benefícios da atividade possam ser constantes, exigindo a participação e comprometimento de todos os atores envolvidos com o turismo, como o poder público, os empresários, a população residente e os próprios turistas (MARUJO, 2015).

Nesse contexto de dependência, o município de Paraty se enquadra mostrando essa dependência forte do turismo enquanto fonte de trabalho e renda e a importância da discussão sobre a participação e o papel dos órgãos governamentais, na formulação e implementação de políticas públicas intersetoriais envolvendo o turismo (LIMA, 2007). A cidade de Capitólio, também é dependente e possui o turismo como a sua principal economia, sendo responsável por 65% do PIB da localidade (MACHADO, SOUSA E KELMER 2020). A cidade tem sua atividade turística voltada para a natureza e aquática, não sendo apenas o meio ambiente o responsável. Mas contribuição humana fez com que grande parte das belezas da localidade fossem arquitetadas a partir da construção da Hidrelétrica de Furnas. Atividade turística que era de segunda residência, passa em 2016, a ser um turismo de massa, onde o pequeno município se depara com a demanda dos turistas e a escassez de infraestrutura e serviços adequados para ofertar aos turistas.

O município de Capitólio sofre os impactos do desenvolvimento turístico sem o devido planejamento, à recente demanda pelo turismo não condiz com a infraestrutura e a prestação de serviços ofertados. Desse modo, o aumento expressivo na demanda para desfrutar do turismo ofertado pelo local, gerou uma preocupação com a integridade das áreas naturais e dos impactos econômicos e culturais, além da necessidade de compreender as políticas públicas no local. Partindo desse pressuposto, busca-se responder a seguinte indagação: como as políticas

públicas de turismo contribuem e podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo?

Nesse sentido, o presente estudo tem por propósito de compreender o papel da administração pública local no desenvolvimento do turismo sustentável em Capitólio. Para subsidiar o objetivo geral, define-se como objetivos específicos: a) analisar os efeitos do turismo no contexto local para os moradores e os impactos pela atividade; b) identificar como se dá a atuação pública e a participação social no contexto do turismo em Capitólio; c) desenvolver um modelo analítico para o desenvolvimento do turismo sustentável a partir da atuação pública.

Justifica-se a realização deste projeto no município de Capitólio — MG, pela recente expansão na atividade turística no local, o aumento expressivo na demanda para desfrutar o turismo ofertado pela cidade criou uma preocupação em razão da forma avassaladora com que as ações vêm sendo fomentadas na cidade. O turismo foi fomentado pela alta divulgação das particularidades e qualidades do município, por meio da mídia nacional e atraiu muitos turistas interessados em desfrutar esse potencial turístico. Só que, ao mesmo tempo, a cidade não apresenta um planejamento e políticas públicas adequadas para suprir as necessidades dos turistas e moradores, além de não ter uma preocupação com as áreas naturais visitadas

A criação do modelo tem como objetivo entender a participação social na atividade turística sustentável, buscando conhecimentos para que possa contemplar e entender as variáveis que influenciam na criação e manutenção de um turismo sustentável. Podendo assim contribuir com novos conhecimentos para a academia e para a evolução no campo de investigação.

Kurimori (2018) realizou um estudo no município mostrando que a administração pública local e a comunidade não imaginavam o crescimento tão expressivo e tão rápido do turismo, por isso há escassez de infraestrutura e planejamento adequado. Mostra que o turismo trouxe grandes mudanças e é essencial para a cidade, sendo maior fonte de renda para a população gerando transformações tanto no âmbito social, econômico e ambiental. E para que os impactos positivos sejam otimizados e os negativos reduzidos são primordiais o planejamento adequado e a participação de todos envolvidos na atividade turística. Silva e Candido (2016) apresenta um modelo de desenvolvimento do turismo sustentável no município de Areia, na Paraíba, em que busca entender e analisar o nível de sustentabilidade que a cidade se encontra, a partir da participação da comunidade local. Por meio de um sistema de indicadores, apresentando critérios de seleção, parâmetros e análises específicas dos dados, para

o desenvolvimento desse trabalho que buscar entender o turismo sustentável a partir da percepção dos residentes.

Assim, a relevância do estudo é trazer subsídios para que a administração pública local possa propor uma agenda de políticas, que gere um desenvolvimento turístico de forma sustentável envolvendo todos os atores públicos e privados. Jenkins (2015) evidencia que os governos sofrem pressões para envolver os atores sociais e privados no desenvolvimento do turismo, mas isso não isenta o papel de liderança que ela deve assumir.

Dessa forma, esta pesquisa, além de auxiliar o município de estudo, espera contribuir com a área acadêmica e científica, gerando conhecimentos e informações para a construção de um modelo analítico para avaliação do desenvolvimento do turismo sustentável a partir da atuação pública com a participação dos atores envolvidos. Além deste tema, possuir um interesse pessoal no estudo, devido às experiências pessoais e profissionais com o intuito de entender o impacto da participação social no turismo sustentável do município em específico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Será realizada uma breve análise sobre o turismo sustentável e as políticas públicas no turismo sustentável. Por fim será apresentado o modelo teórico que será usado nessa temática.

2.1 Turismo Sustentável

O Turismo é uma atividade econômica que detém uma ligação com todos os âmbitos onde é exercido, implicando tanto na área política, econômica e social, como ambiental e cultural. O Turismo se apresenta diferentemente das demais, devido ao fato de que neste caso o consumidor vai ao encontro do produto/serviço oferecido. Tal característica tem um impacto no desenvolvimento local e em todas as estruturas que fazem parte dessa atividade. Por isso a necessidade de integrar entre os atores da oferta turística (CUNHA; CUNHA, 2005).

A visão econômica da atividade turística está ligada aos benefícios gerados por essa atividade em termos de riqueza, moeda, geração de investimento, uso intensivo dos recursos naturais e crescimento econômico. Porém, na perspectiva do turismo sustentável são o social e o ganho ambiental, os fatores que efetivamente trazem notabilidade para a imagem. Possibilitando a criação de um setor lucrativo, graças ao comprometimento com os impactos positivos que o turismo pode gerar (GARAVITO; OCHOA, 2016).

A sustentabilidade aparece quando a sociedade passa a entender que os recursos do planeta são limitados. O turismo passa a ter seu foco no desenvolvimento sustentável, devido

às consequências desta atividade de forma negativa, tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente (SPÍNOLA, 2006).

O turismo sustentável é um movimento oposto ao turismo de massa. Enquanto este cresce englobando várias classes sociais e ofertando acessos a atividades turísticas com preços acessíveis, aquele se estabelece a partir do tripé da sustentabilidade, que abrange justiça social, proteção dos recursos naturais e eficiência econômica — não sendo correto compreender o turismo sustentável apenas como aquele turismo circunscrito em áreas naturais (KOROSSY, 2008).

A sustentabilidade da atividade turística e a mudança do turismo convencional são impulsionadas principalmente por mudanças regulatórias. O mercado está longe de ser sustentável; na verdade, está muito ligado aos lucros e às relações públicas, como a sociedade enxerga aquele empreendimento. Desse modo, as medidas para redução dos impactos ambientais estão atreladas a contribuições para o cumprimento de regulamentos e normas impostas pelo setor público, bem como pelo marketing que pode ser apresentado para a comunidade local e para os futuros turistas (BUCKLEY, 2010).

A prática irresponsável da atividade turística pode gerar consequências negativas (sociais, ambientais, culturais e econômicas) resultando em cenários de turismo saturados e rejeitados a longo prazo. Não à toa, algumas localidades já têm reconhecido tais efeitos e busca a sustentabilidade para atravessar esse desafio, uma vez que a degradação desvaloriza a qualidade da atividade turística (BENI, 2020). Além disso, a implementação de políticas públicas de turismo de forma errônea pode gerar consequências de longo prazo, ocasionando externalidades no ambiente em que se desenvolve (TASSO; MOESCH; NÓBREGA, 2021).

O planejamento da atividade turística necessita de uma alta participação do Estado, do setor privado e da comunidade. Esta troca entre os atores do turismo, que faz com que a atividade turística possa ser desenvolvida em um determinado local, de forma sustentável (PRADELLA et al., 2018). A concepção de turismo sustentável está relacionada, portanto, com a possibilidade de desenvolver experiências na localidade, no qual as políticas públicas sejam promovidas de forma descentralizada e participativa (CANDIOTTO, 2009).

Schussel (2012) argumenta que não há turismo sustentável

[...] sem a participação de todos os atores que atuam num determinado espaço, e sem a análise criteriosa da capacidade de suporte que o meio físico dispõe para receber um contingente humano, no caso do turismo de massa (SCHUSSEL, 2012, p. 105).

Os impactos apresentados pelo turismo na localidade da atividade vão além das questões econômicas; envolvem assuntos ambientais, sociais e culturais. Butler (1980) evidenciou um

modelo que apresenta o ciclo de evolução de uma área, construído à luz da Teoria do Ciclo do Produto, que evidencia que as vendas de um produto começam por ter uma alta taxa de crescimento, posteriormente estabilizam e, por fim, diminuem.

Relacionando esse modelo à atividade turística, o autor apresenta que o primeiro estágio do ciclo de evolução de uma região do turismo tem um aumento no fluxo, sendo conhecida como primeira fase de exploração. Isso reflete quando a localidade é “descoberta” e se configura por ter um pequeno número de visitantes que são atraídos para a área em razão de suas peculiaridades naturais e culturais, que até aquele momento aparecem como únicas. Nestes casos, a área não possui uma infraestrutura adequada para os visitantes, há uma relação muito forte entre os turistas e a população local, o ambiente é pouco alterado e a atividade turística tem relativamente pouco impacto na vida econômica dos residentes (BUTLER, 1980).

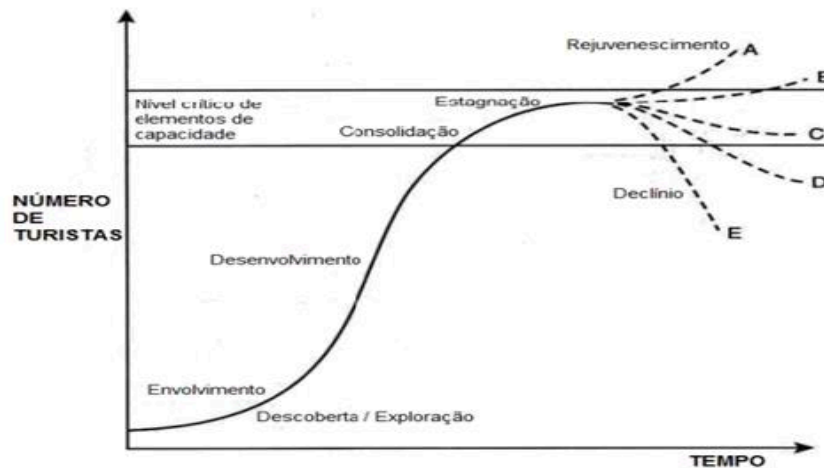
Na medida em que cresce o número de visitantes e a regularidade das visitas, entra-se na segunda fase que seria a do envolvimento. Para atender a demanda dos turistas, o local começa a ter uma infraestrutura e um nível de organização dos serviços turísticos, a relação e os laços próximos aos residentes são mantidos. Na terceira fase, a de desenvolvimento, a região já apresenta um mercado turístico bem definido, a economia da localidade passa a ser voltada para este seguimento e o envolvimento local sofre uma diminuição, ao mesmo tempo, em que os atrativos naturais e culturais passam por mudanças, devido ao aumento do número de turistas, que se dá em razão da infraestrutura e informações disponibilizadas sobre a localidade (BUTLER, 1980).

No próximo nível, a área turística inicia a sua consolidação, em que a taxa de aumento de turistas tende a diminuir, mesmo embora o total ainda cresça. Agora, o turismo tem um papel significativo na economia local. O grande número de visitantes e instalações voltadas para atividade turística criam um descontentamento entre os residentes, sobretudo naqueles que não estão ligados direto a essa atividade. Em seguida, quando se atinge a quantidade máxima de turistas surgem os problemas ambientais, estruturais e sociais, devido ao uso excessivo do local. Mesmo possuindo uma imagem consolidada no mercado, a região em questão não será mais considerada como novidade e, com isso, entrará na fase de estagnação, quando o número de turistas tende a cair (BUTLER, 1980). Nesse momento, a localidade pode entrar no estágio de declínio: já não consegue competir com outras áreas, sendo menos atrativa; conseqüentemente sofre com a retração do mercado — por receber cada vez menos visitantes.

Por outro lado, uma abordagem alternativa é a estratégia de rejuvenescimento, em que há possibilidade de mudar o foco das atividades turísticas, podendo ser criadas novas atrações turísticas ou aproveitadas aquelas que ainda não tenham sido exploradas. Isso não significa um

reinício do ciclo, mas, isto sim, o interesse em atividades mais específicas. Nesse sentido, Butler (1980), destaca que mesmo a área rejuvenescida também pode perder sua competitividade ao longo do tempo.

Figura 1 – Evolução hipotética de uma área turística



Fonte: Adaptação do autor. BUTLER (2006, p. 3).

De acordo com Butler (1980), para o desenvolvimento e a consolidação do turismo, é necessário a existência de uma infraestrutura que atraia e supra as demandas dos turistas. No decorrer do crescimento, acontece uma diminuição na entrada de recursos, gerando assim uma dificuldade para a manutenção e sustentação dessa atividade juntamente à preservação da atratividade da localidade e da proteção ambiental.

Analisando os destinos turísticos como produtos, podemos adequar a evolução da atividade turística às dimensões da sustentabilidade e pensar na durabilidade do turismo através do desenvolvimento sustentável, sendo este um caminho para a não-estagnação da atividade e para a diminuição dos impactos negativos à sociedade (FALCÃO; GÓMEZ, 2012).

2.2 Políticas públicas no Turismo Sustentável

As políticas públicas têm o objetivo de detectar, planejar e efetuar ações que sejam capazes de gerar o desenvolvimento econômico e social, bem como de suprir as necessidades dos cidadãos. A política pública “consiste em inúmeras decisões tomadas por muitos indivíduos e organizações no interior dos próprios governos e que essas decisões são influenciadas por outros atores que operam interna e externamente no Estado” (HOWLETT et al. 2009, p. 12).

Por conseguinte, trata-se de um complexo de ações e deliberações da administração pública direcionadas para resoluções ou tentativas de soluções para os problemas apresentados pela comunidade. Em outros termos: um conjunto de ações, propósitos e planejamento que o

governo exerce com o objetivo de alcançar o bem-estar e o interesse local (PHILIPPI; SAMPAIO; FERNANDES, 2012). As políticas públicas não são propriedade apenas da administração local. Sua implementação e controle incluem instituições não governamentais, organizações do setor privado e da sociedade, e entidades voltadas para o processo de elaboração, efetivação e controle (FARAH, 2011). Sendo assim, a noção de política pública pode ser descrita como “uma diretriz elaborada para enfrentar este problema, o qual deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas” (SECCHI, 2014, p.10).

A implementação das políticas públicas é uma ligação entre o objetivo, o planejamento e as ações, a partir das quais as atividades realizadas se conectam e os propósitos acontecem (CARVALHO; BARBOSA; SOARES, 2010). Dredge e Jenkins (2007, p. 170) descrevem a implementação de políticas como "o processo através do qual as ideias e planos de política são traduzidos em prática". É uma ligação entre problemas apresentados, metas a serem alcançados e metas conquistadas, onde o planejamento e a organização administrativa são essenciais para que as etapas da implementação sejam realizadas e os objetivos propostos possam sair da elaboração e serem transformados em realidade concreta e verdadeira.

No âmbito do Turismo, as políticas públicas são consideradas como uma ferramenta para a democratização da área, não sendo uma realidade apenas para os visitantes como também para a comunidade local. A participação e a mobilização dos diversos setores nas decisões da atividade turística trazem democratização e legitimidade nos processos, por meio da aceitação e conscientização da sociedade. Mesmo a responsabilidade sendo do Estado, a implementação, a gestão e o planejamento das políticas, quando alinhadas à sociedade, tendem a ter maior efetividade (GASTEL; MOESCH, 2007).

Um dos propósitos da estruturação do turismo é determinar as políticas públicas para a promoção do turismo e atender os objetivos — tanto socioeconômicos e culturais, como ecológicos do local. Além do desenvolvimento econômico, a estruturação das atividades turísticas é uma alternativa para a conservação dos recursos naturais, culturais, históricos e sociais (YÁZIGI, 2009). No entanto, para que atinja tais objetivos, é imprescindível que a sociedade de determinada localidade se mantenha envolvida nas etapas do planejamento e que todo este processo esteja vinculado a atores locais. É fundamental, portanto, um planejamento turístico integrado a diferentes setores da administração pública e privada, em que essa integração é necessária para desenvolver as atividades com base em normas institucionais e duradouras (SILVA; ARAÚJO, 2013).

As políticas públicas de turismo são uma forma de promoção do desenvolvimento, direcionando uma ação para que se possa realizar os objetivos planejados pela administração

pública e/ou atores locais. Ou seja, é a direção para a realização do planejamento, após detectar as necessidades da qual a atividade turística faz parte, com as direções e orientações para gestão do turismo (GRIM *et al.*, 2013). Goeldner e McIntosh (2006) descrevem a política de turismo como um conjunto de leis, ações, normas, diretrizes, normalização, objetivos e estratégias para desenvolver e promover decisões coletivas e individuais que diretamente impactam na atividade do turismo em um determinado local.

A complexidade e a necessidade de direção na ação, demonstram a importância do planejamento do turismo para que ela possa ocorrer de forma coerente e eficaz na direção de um crescimento local sustentável. As políticas públicas da atividade turística objetivam o planejamento e a administração dos recursos turísticos para que as operações do setor possam tanto beneficiar os residentes quanto atrair mais visitantes, buscando equilíbrio e sustentabilidade na relação (SOUZA; EMMENDOERFER; KNUPP, 2017). O desenvolvimento sustentável do turismo acontece de acordo com a necessidade da sociedade local, sendo que a implementação das políticas públicas deve ser monitorada e, quando necessário, redefinida. Também é importante planejar as etapas futuras com o objetivo de manter a sustentabilidade e o desenvolvimento dessa atividade econômica ao longo do tempo (CASTELLANI; SALA, 2010).

González (2011, p. 960) demonstra que a política do turismo não depende somente dos tomadores de decisões públicas. A soma das ações junto a atores privados ajuda a alcançar os objetivos relacionados à diversidade dos fenômenos dessa atividade. Esse movimento ultrapassa a questão econômica. Dessa forma, sua importância está ligada também a outras áreas — social, cultural e ambiental. Em síntese, os desafios apresentados pela política em questão estão ligados, primeiro, à definição de sua dimensão, limite e relevância; segundo, ao posicionamento que o setor público assume em relação ao nível de intervenção no mercado turístico; terceiro, ligado à clareza das informações e à transparência de como as tomadas de decisões e o planejamento são realizados e; quarto e o último desafio, ligado à sustentabilidade, ou seja, à combinação entre a exploração e a preservação dos recursos naturais e culturais.

O desenvolvimento da localidade pelo turismo acontece por meio das políticas públicas e dos incentivos realizados pelo governo para a promoção da atividade turística. Scott (2011) afirma que as políticas públicas influenciam para melhorar a qualidade de vida dos residentes, contribuindo, por exemplo, para a criação de novos empregos e a geração de novos negócios e oportunidades. As mudanças no desenvolvimento do turismo sustentável são apresentadas junto às conexões existentes entre os objetivos e funções do governo.

Para relacionar os objetivos das políticas apresentados por Scott (2011) com os fundamentos da sustentabilidade, o Ministério do Turismo define turismo sustentável como “a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidos para o futuro” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016).

Com relação ao turismo sustentável, o Ministério do Turismo apresenta quatro diretrizes: (i) a sustentabilidade ambiental traz a preservação e a manutenção do meio ambiente como prioridade; (ii) a sustentabilidade sociocultural evidencia a preservação da cultura e valores da localidade; (iii) a sustentabilidade econômica destina-se ao desenvolvimento econômico buscando a administração de recursos, procurando a equidade na distribuição da renda e; (iv) a sustentabilidade político-institucional garante a relação entre os órgãos públicos e os atores sociais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009). Buscando relacionar os objetivos da política do turismo apresentados por Scott (2011) junto às dimensões da sustentabilidade, elaborou-se esquematicamente o Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Objetivos da Política de Turismo e relação com a Sustentabilidade.

| Objetivos e Papéis da Política de Turismo | Estabelecimento do poder da Atuação Governamental para atingir os objetivos desejados | Dimensões da Sustentabilidade segundo o Ministério do Turismo |
|--|---|--|
| Desenvolvimento Econômico | É o processo que visa uma possível melhoria do bem-estar geral da população, pela elevação dos indicadores quantitativos da economia. | Sustentabilidade Econômica |
| Competitividade | Manter a viabilidade, desenvolvimento e progressos dos destinos turísticos. | Sustentabilidade Econômica |
| Prosperidade Local | Fomento ao desenvolvimento das atividades locais relacionadas ao turismo. | Sustentabilidade Econômica |
| Qualidade de Emprego | Potencialização da oferta e na qualidade de empregos locais ligados as atividades turísticas. | Sustentabilidade Econômica |
| Equidade Social | Busca por uma melhor distribuição da renda e dos benefícios sociais através da inclusão da sociedade nas atividades turísticas | Sustentabilidade Econômica e Sociocultural |
| Atendimento ao visitante | Foco na segurança e satisfação dos turistas e residentes da localidade | Sustentabilidade Econômica e Sociocultural |
| Controle Local | A inserção da sociedade no planejamento e tomada de decisão das localidades turísticas. | Sustentabilidade Político institucional |
| Bem-estar da Comunidade | Comprometimento para que aconteça uma maximização na qualidade de vida da comunidade local. | Sustentabilidade Sociocultural |
| Riqueza Cultural | Valorizar e preservar a cultura, os valores e os patrimônios locais. | Sustentabilidade Sociocultural |
| Integridade Física | Preservação das paisagens naturais e artificiais da localidade. | Sustentabilidade Ambiental |
| Diversidade Biológica | Preservação do meio ambiente, das áreas naturais e da fauna e flora local. | Sustentabilidade Ambiental |

| | | |
|---|--|--|
| Eficiência de Recursos | Administração dos recursos básicos de forma eficientes. | Sustentabilidade Ambiental |
| Pureza Ambiental | Tentativa de reduzir a poluição do ar, da água e da terra. | Sustentabilidade Ambiental |
| Sustentabilidade | Proteção do meio ambiente e da localidade em todos os seus níveis. | Sustentabilidade Ambiental e Sociocultural |
| Política Internacional de Boa Vontade e Paz | A busca pela paz através da convivência pacífica. | Sustentabilidade Ambiental |

Fonte: Adaptação da autora, com base em Scott (2011) e Paula, Silva e Faria (2020).

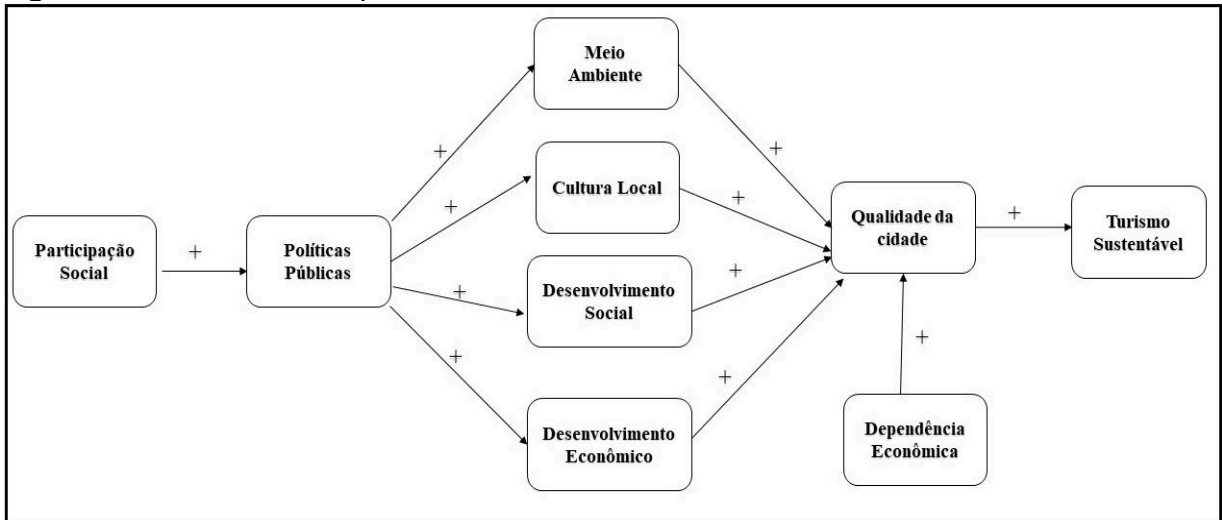
Neste estudo, a estruturação de Scott (2011) e Paula, Silva e Faria (2020), será usada como base para a proposição das políticas públicas de turismo para Capitólio, com objetivos de sustentabilidade. Esta proposição será elaborada a partir da percepção dos residentes, ou seja, dos atores-chave da comunidade local, para o desenvolvimento do turismo sustentável. Considerar tais atores no processo é fundamental, pois como evidenciado por Waligo, Clarke e Hawkins (2013), para conseguir gerenciar a atividade turística de forma mais sustentável é necessário levar em consideração as diferentes perspectivas dos atores sociais para as tomadas de decisões da atividade turística.

A partir da proposição do Quadro 1, a intenção é que os objetivos da política de turismo, considerando as dimensões da sustentabilidade, sejam atingidos por meio das ações estabelecidas pelo planejamento da atividade turística, que deve ser realizado, por sua vez, a partir da visão de todas as partes interessadas, principalmente da comunidade local.

2.3 Modelo Teórico

Nesta subseção é apresentado o modelo teórico para a dinâmica turística, conforme a Figura 2.

Figura 2 – Modelo teórico para a dinâmica turística



Fonte: Elaboração própria.

No modelo teórico apresentado na figura 2, fundamentado por estudos na área do turismo, procura-se evidenciar e compreender a dinâmica turística da área e como se apresenta no caso específico de Capitólio.

Os estudos evidenciados revelam a extrema importância da comunidade em participar na elaboração e execução das atividades turísticas, o que pressupõe a inclusão dos atores sociais nas tomadas de decisões e no planejamento das políticas públicas de turismo. Tal perspectiva tem como resultado uma melhora no meio ambiente, na cultura local, no desenvolvimento da sociedade e no desenvolvimento econômico. Tais constatações vão ao encontro dos estudos de Paula, Silva e Faria (2020) —que demonstram que na cidade de Armação dos Búzios, para que o turismo seja rentável de forma sustentável, é importante a inserir os residentes na dinâmica do turismo. Na mesma direção, Ribeiro e Higuchi (2008) afirmam que os residentes da Reserva Florestal Adolpho Ducke, em Manaus-AM, veem a participação dos atores sociais locais como parte importante para a implantação e sucesso do complexo turístico, e concluem que cabe aos órgãos públicos o incentivo à inclusão.

Para que os residentes possam enxergar o aumento da qualidade nos espaços e funcionamento da cidade, as ações públicas voltadas para o meio ambiente, cultura local, desenvolvimento social e no desenvolvimento econômico, devem ser planejadas e implementadas. Euzébio e Rodrigues (2014) mostram que o apoio dos residentes para a promover as políticas do turismo, produz efeitos positivos no que tange o padrão de vida no município. Já Alves (2014) apresenta que a promoção da atividade turística, através da participação social, no Arraial de Conceição do Ibitipoca (MG), gerou mudanças no local

propiciando aumentar o padrão de qualidade da cidade pela visão dos moradores que participaram do estudo. Rabelo (2017) apresenta que a qualidade do município, a percepção dos nativos, está diretamente ligada às políticas públicas realizadas em conjunto com a participação dos atores sociais de forma direta e indireta no turismo sobre o Pantanal (MT).

A dependência econômica do residente, em relação à atividade turística, está ligada à forma com que o residente enxerga a qualidade da cidade, pois para este morador um maior rendimento advindo do turismo, influência na qualidade local. Alves (2014) demonstra que o interesse econômico e a geração de renda e emprego são as questões mais citadas como oportunidades atreladas ao desenvolvimento do turismo. Desse modo, é possível afirmar que os residentes dependentes economicamente de tais atividades tendem a enxergar o turismo de forma mais positiva que aqueles que não dependem do setor.

A qualidade da cidade, pela visão do residente, aparece diretamente relacionada ao turismo sustentável, em que o alcance da sustentabilidade está condicionado em primeiro lugar com a participação social nas políticas públicas. Fadini *et al.* (2010) apresentam que a sustentabilidade acontece graças à ação dos atores o planejamento e nas tomadas de decisão para realizar as políticas públicas. Stevenson, Airey e Miller (2008) evidenciam que os defensores do turismo sustentável valorizam a importância da ampliação da participação social nos processos decisórios.

Diante do exposto, o modelo teórico inicia-se a partir do processo de criação de políticas públicas com a participação social, sendo que as dimensões evidenciadas: meio ambiente, cultura local, desenvolvimento social e econômico, participam do modelo para buscar uma maior qualidade da cidade pela visão dos residentes, ou seja, se os moradores tiverem uma maior percepção das políticas públicas tendem a ter uma percepção superior da qualidade da cidade.

No entanto, é fundamental compreender qual é o nível de dependência econômica dos residentes diante da percepção qualidade da cidade, devido à alta influência desta dimensão, pois quanto maior for essa dependência econômica, maior poderá ser a compreensão do padrão da cidade pelos moradores; não devido à importância das políticas públicas, mas, sim, porque eles são economicamente dependentes da atividade turística e, com certeza, terão uma avaliação positiva da qualidade da cidade.

Logo, a percepção dos moradores quanto a sustentabilidade da atividade turística será maior caso as dimensões apresentadas estejam equilibradas, ou seja, dentro dessa perspectiva o entendimento de um turismo mais sustentável é quando as dimensões evidenciadas estão em equilíbrio. Quando o município alcança o turismo sustentável, percebe-se que ocorre a

maximização dos benefícios, sejam eles econômicos, sociais e ambientais, e a diminuição das externalidades negativas causadas pelo turismo.

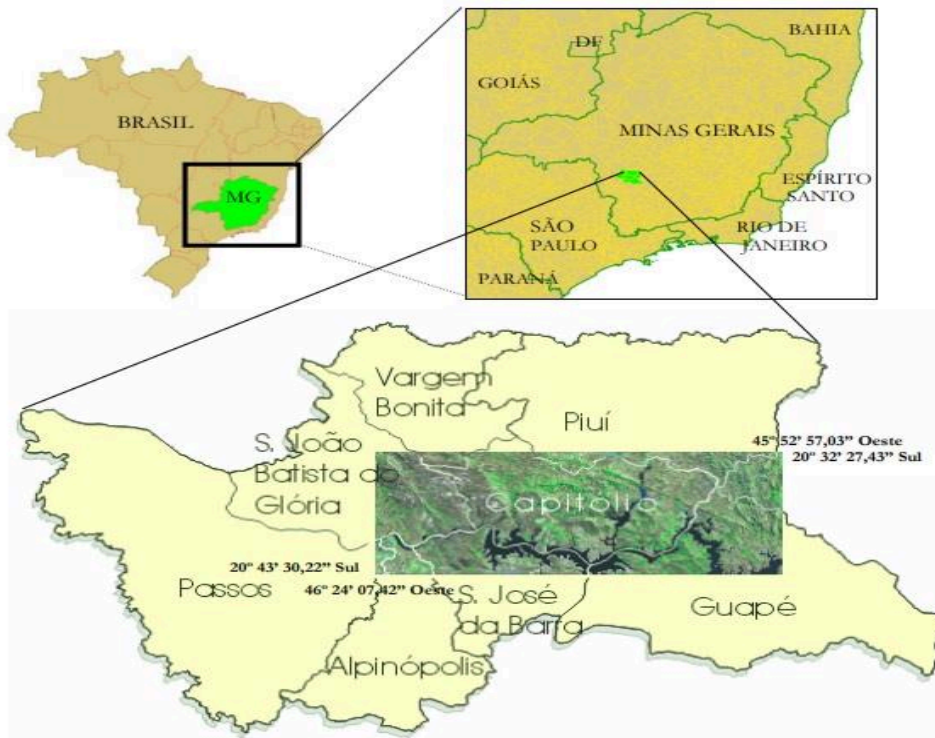
O turismo é uma atividade multidisciplinar, que envolve diversas áreas e inevitavelmente gera diversos impactos, com o alcance da sustentabilidade ocorre uma melhora na qualidade de vida dos residentes, a utilização dos recursos de naturais de forma equilibrada entre a exploração e a sua preservação, o fortalecimento e a conservação da identidade e do patrimônio cultural, o desenvolvimento eficaz da economia de forma que tenha recursos para as gerações futuras, operações econômicas viáveis e de longo prazo e benefícios socioeconômicos estáveis (DAMAS, 2020; ALVES, DE MEDEIROS, MARACAJÁ, 2012).

3 CAPITÓLIO – MINAS GERAIS

Conhecido como o “Mar de Minas” e “Cidade Rainha dos Lagos”, o município de Capitólio está localizado no sudoeste do estado de Minas Gerais, na região da Serra da Canastra, pertence ao bioma do cerrado e abrange a Usina Hidrelétrica de Furnas. Atualmente, o turismo aparece como a principal atividade econômica da região, chegando a ser responsável por 65% do PIB do município (IBGE, 2019). Área de estudo desse trabalho está localizado entre os paralelos 20° 32' 27,43" a 20° 43' 30,22" Sul, e entre os meridianos 45° 52' 57,03" a 46° 24' 7,42" Oeste (BARBOSA, 2003).

O local apresenta cânions, cachoeiras, lagos e piscinas naturais, além de estar próximo da nascente do Rio São Francisco, estar inserido no Circuito das Nascentes das Gerais e ainda localizado no Parque Nacional da Serra da Canastra. A cidade de Capitólio possui uma população de cerca de 8 mil habitantes, segundo dados do Censo 2010 (IBGE, 2010). Com dinâmica sazonal, o município chega a hospedar em torno de 4 mil turistas em finais de semana. Em feriados prolongados o número médio costuma chegar a 30 mil pessoas (MOREIRA FILHO, 2006; MACHADO; SOUSA; KELMER, 2020).

Figura 3 – Localização da área de estudo e os municípios vizinhos.



Fonte: Barbosa, 2003.

A cidade de Capitólio dispõe de 18,78% do seu território de Unidade de Conservação da Serra da Canastra e está inserido em uma Área de Proteção Ambiental (APA) que tem o propósito de ampliar a proteção no entorno do parque (BARBOSA, 2003). Em relação ao clima, o período chuvoso e o aumento do calor acontecem nos meses de outubro a março, o que beneficia a prática do turismo na região por se tratar um turismo de natureza e aquático. Tornando essa atividade sazonal, pois depende do clima e do alto volume de água (KURIMORI, 2018).

De acordo com Oliveira (2018), a construção da Hidrelétrica de Furnas, foi um projeto idealizado pelo presidente Juscelino Kubitschek, sua construção começou em julho de 1958, tendo a primeira unidade entrado em operação em 1963, com o objetivo de prevenir um colapso energético do país na década de 60. O reservatório gerado pela hidrelétrica ocupa uma área de aproximadamente 1440 km² e 3.500 km de perímetro, banha 34 municípios de Minas Gerais, inicialmente teve uma resistência da população a obra, devido a inundação, por águas do Rio Grande, de 117 km² de extensão da cidade de Capitólio de um total de 523 km² (KURIMORI, 2018).

Figura 4 – Usina Hidrelétrica de Furnas



Fonte: Usina Hidrelétrica de Furnas, 2019.

Mesmo com a resistência dos moradores, o lago artificial possibilitou a criação de uma nova atividade econômica na região, o turismo chegou trazendo oportunidades e novos empregos trazendo um potencial de crescimento e de renda maior do que o esperado na implementação da hidrelétrica, sendo Capitólio, o município, de maior destaque no potencial turístico (BARBOSA, 2003). A cidade é banhada pelas águas do Lago de Furnas, as quais são barradas por um dique de 700 metros de extensão e do lado oposto ao dique, existe um lago menor que é a praia artificial, construída pela prefeitura (KURIMORI, 2018).

Com suas belezas naturais e as modificadas pela hidrelétrica de Furnas, em 1977, começou a construção do condomínio Escarpas do Lago, que hoje é o bairro Engenheiro José Mendes Júnior, foi criado pelo empresário Marcos Valles Mendes e hoje conta com aproximadamente 1200 residências de alto padrão. O empreendimento gerou um turismo de segunda residência no município, em que os proprietários das casas visitavam a cidade em finais de semana e férias, tornando-se o turismo bem estruturado, com uma demanda bem atendida

Figura 5 – Bairro Escarpas do Lago – Capitólio/MG



Fonte: Site Prefeitura Municipal de Capitólio (2021).

De acordo com Lohmann e Panosso Netto (2008, p. 415), o chamado turismo de segunda residência “[...] se caracteriza por aquela que é utilizada de forma eventual nos fins de semana, nas férias ou em outros momentos do ano, não se constituindo um lugar de moradia fixa”. A residência secundária conjectura a disponibilidade de uma renda excedente, pois implica na construção de um imóvel para lazer turístico, e uma opção de investimento. Tais fatores fazem da segunda residência uma modalidade de turismo elitista, características das camadas sociais altas, dotadas de um alto custo de manutenção e que pressupõem a existência de um outro domicílio de uso permanente. (SENA; QUEIROZ, 2006).

Entretanto, em 2016, surge no local o turismo de visitação, influenciado pelas redes de televisão aberta, que divulgaram entrevistas e imagens com celebridades, gerando assim uma espécie de “boom” turístico. Essa nova fase, se inicia de maneira avassaladora, proporcionando um turismo de massa, para o qual o município não estava preparado: desenvolvimento rápido, resultando na potencialização das externalidades negativas (KURIMORI, 2018).

Sabe-se que o crescimento da atividade turística gerou uma expansão de empregos ofertados no setor de hotelaria, pontos turísticos, restaurantes e prestações de serviços. Porém, sua expansão também gerou um crescimento na construção de propriedades de forma desordenada, exploração nos pontos turísticos da cidade e, conseqüentemente, um prejuízo

significativo na paisagem natural das cidades (KURIMORI, 2018) — ocasionando, um aumento no custo de vida dos residentes, da poluição sonora e visual e dos índices de criminalidade. O turismo é a atividade econômica principal do município, responsável por mobilizar a maior parte da população, de modo a suprir as necessidades dos turistas.

O turismo de massa pode corroborar para um crescimento até alcançar o nível de estagnação, podendo entrar em declínio — consequências de um crescimento turístico sem planejamento integrado, atrelado a uma administração apropriada. O ponto de estagnação é tido como de difícil reversão e, diante dessa situação, mesmo no âmbito do turismo de massa, o ideal é começar a adoção de políticas e ações para a construção de um desenvolvimento sustentável da atividade turística local (ARAÚJO; CARVALHO, 2013).

Conforme aponta Joris (2010), o processo de participação se configura como essencial para o desenvolvimento de um turismo sustentável, principalmente em cidades pequenas, pois o envolvimento da comunidade nas decisões é que proporciona a divisão das responsabilidades. Com isso, os atores passam a identificar e entender com mais clareza o seu papel. Para desenvolver uma atividade turística sustentável de sucesso, em pequenos municípios, deve existir uma efetiva articulação e engajamento de todos os envolvidos, para a implementação das ações e resoluções de problemas.

De acordo com Machado, Sousa e Kelmer (2020), o turismo em Capitólio apresenta os seguintes impactos socioeconômicos, culturais e ambientais positivos: geração de emprego e renda, circulação de novas receitas na cidade, sentimento de pertencimento e de orgulho de morar no local, criação de mais atrativos culturais e turísticos levando o lazer inicialmente pensado para os turistas a população local, divulgação da cidade, sinalização turística e aumento de trilhas e melhoria na pavimentação.

Em contrapartida, Machado, Sousa e Kelmer (2020), expõe os impactos socioeconômicos, culturais e ambientais negativos do turismo no município: redução da identidade cultural dos moradores, a descaracterização das tradições e costumes, aumento da especulação imobiliária e do custo de vida, crescimento da violência, furtos, roubos e de acesso da população a drogas, poluição sonora e ambiental, superlotação dos atrativos turísticos, aumento na produção de lixo, falta de água, esgotamento sanitário, degradação dos pontos turísticos e superlotação no único hospital do município.

4 METODOLOGIA

O objetivo é caracterizar a abordagem metodológica utilizada no processo de estudo.

Inicialmente descreve o tipo de pesquisa, a escolha da unidade do estudo e a técnica de coleta de dados. Em seguida, será apresentada uma breve revisão metodológica relacionada à escolha dos métodos.

4.1 Caracterização geral da pesquisa e escolha da unidade de estudo

Este estudo, quanto aos seus objetivos, trata-se, nesse sentido, de um estudo de caso, de caráter descritivo. Assim, será elaborada uma análise mais profunda, com diversas fontes de dados para identificar a atuação pública no município, buscando compreender como ela se configuram, bem como eventuais lacunas que apresentam. Segundo Yin (2001), esta técnica de pesquisa refere-se à investigação detalhada de um fato específico, considerando que seja possível entender os acontecimentos com base em uma pesquisa minuciosa de um caso.

Optou-se por concentrar o estudo na cidade de Capitólio, devido a sua acessibilidade e pela rápida e recente expansão turística no município, o turismo passou da categoria de segunda residência para a de turismo de massa, ocasionando inúmeros impactos no local (KURIMORI, 2018).

Para atender os objetivos propostos por este estudo, definiu-se uma pesquisa com abordagem quantitativa, justificada pela natureza do objeto de estudo que demanda uma investigação de cunho interpretativo e estatístico dos dados coletados para que possa explicar as relações entre os constructos.

4.2 Técnicas de coletas de dados

4.2.1 Questionários

Para a operacionalização da pesquisa quantitativa, definiu-se pela aplicação de questionários devido à possibilidade de conseguir informações de modo fixo, e condicionadas a uma padronização de alternativas previamente e estabelecidas. Leonel e Motta (2007, p.79) apresentam que “o questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções, a fim de esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento”.

Em relação aos meios de investigação, a pesquisa foi classificada como levantamento, pois os questionários foram aplicados in loco, observando a opinião dos moradores ao fenômeno investigado. Conforme definição apresentada por Gil (1991, p. 50) o estudo de levantamento é caracterizado pela “interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

Cooper e Schindler (2003), apresenta que população é o grupo total dos elementos no qual objetiva realizar determinada inferência, nesse estudo o conjunto da pesquisa é composta pelo município mineiro de Capitólio. No mesmo caminho, Cooper e Schindler (2003), demonstra que uma amostra extraída da população estudada, representa a parte representativa do público a ser pesquisado, pois, essa parte também apresenta as características semelhantes à da amostra.

Na estratégia de coleta de dados utilizou-se amostra aleatória, estatisticamente significativa, de acordo com a Equação 1, sugerida por Triola (2005):

$$\eta = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q} \quad [1]$$

em que,

η = tamanho da amostra;

σ = nível de confiança escolhido, expresso em números de desvios-padrão;

P = probabilidade de escolher aleatoriamente uma empresa em que se observe a ocorrência do fenômeno;

$q = (1 - p)$, ou seja, probabilidade de não-observação do fenômeno;

N = tamanho total da população; e

e = erro máximo permitido.

Considerando p e $q = 0,5$, o número de habitantes da cidade de Capitólio é de 8.183 habitantes (IBGE, 2010), $N = 8.183$, $\sigma = 1,96$ (95%), considerado o erro máximo associado de 5%.

Para alcançar a margem de erro de 5.0%, seria necessário a aplicação de 367 questionários aos moradores do município de Capitólio. O questionário (Anexo I) foi elaborado com questões correspondentes as características do turismo e do tipo escala Likert, que mensura o grau de conformidade com uma questão ou afirmação, mostrando especificamente o quanto concorda ou discorda pela nota na escala. Além das variáveis, foram coletadas informações socioeconômicas: local de nascimento, tempo de moradia na cidade, gênero, idade, renda familiar, ocupação e grau de instrução.

Foram aplicados 315 questionários no total, respeitando o público alvo de apenas moradores de Capitólio, no período de 12 de novembro de 2021 até 9 de janeiro de 2022. Não foi possível alcançar o número de questionário estimado inicialmente, devido a tragédia ocorrida no principal ponto turístico do município, no dia 10 de janeiro de 2022. Houve uma queda de um bloco de rocha sobre lanchas, que realizavam passeios no local, deixando 10

mortos e 32 feridos, houve uma comoção nacional e de toda população em relação a tragédia. Com isso o pesquisador preferiu romper a coleta para que diminuíssem a possibilidade de vieses que afetariam a validade das investigações científicas.

4.3 Técnicas de análise de dados

Os dados coletados por meio dos questionários serão submetidos a uma análise quantitativa, utilizando as seguintes técnicas: alfa de cronbach, análises de clusters e modelagem de equações estruturais.

4.3.1 Alfa de Cronbach

O coeficiente de alfa de Cronbach é um índice de confiabilidade para verificar se os itens de um processo estão correlacionados (CORTINA, 1993). Esse alfa também pode ser conceituado como um instrumento por uma categoria, constructo ou conceito está presente em cada item, onde normalmente um conjunto no qual existe um fato comum, demonstra um valor de alfa alto (ROGERS, SHMITI e MULLINS, 2002).

O alfa de Cronbach é uma forma em que se tem a validação do constructo, a relação é a ligação da média do comportamento dos objetos considerados, em que os itens são altamente correlacionados (LIMA, 2012). Uma vez que os tópicos do questionário empregam a mesma escala de medição, o coeficiente α é calculado a partir da variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador através da seguinte equação:

$$\alpha = \frac{n (cov \frac{\alpha r}{var})}{1 + (n - 1) (\frac{cov}{var})}$$

(1)

Onde: Covar = Média de covariância entre os pares de itens

Var = Média de variância entre os pares de itens

n = número de itens (variáveis)

Diversos estudos trazem recomendações sobre o valor mínimo para o Alfa de Cronbach sendo este de 0,60. Ao mesmo tempo, o máximo recomendado para o alfa é de 0.90, pois valores maiores trazem a possibilidade de vários itens estarem demonstrando diretamente o mesmo constructo (STREINER, 2003). No entanto, cabe ao pesquisador a percepção sobre o corte mais adequado para o seu conceito (HAIR et al., 2009).

4.3.2 Análise de clusters

Para obter a análise de cluster é fundamental calcular a semelhança, dissemelhança dos elementos e variáveis e posteriormente agrupar. Os conglomerados apresentados devem ter uma homogeneidade interna (dentro de cada um), em contrapartida, uma grande heterogeneidade externa (entre conglomerados) (FÁVERO et al., 2009).

Após determinar os constructos definidos pelo estudo, realizou a análise de clusters que possui a finalidade de associar objetos ou indivíduos de acordo com suas individualidades fundamentais, com o objetivo de formar conjuntos ou grupos semelhantes. Nesta pesquisa, foi aplicado o método não-hierárquico K-Means, que classifica os elementos dentro dos grupos, de forma que a variação seja minimizada pela soma dos quadrados das distâncias.

De acordo Maroco (2003), primeiro é feito a determinação dos números de clusters, em seguida, seleciona os objetos para o cálculo dos centroides para cada um dos números de clusters e o cálculo do intervalo euclidiano dos centroides a cada componente na base de dados. A utilização do quadrado da distância, para medir a semelhança entre as observações, se a distância euclidiana for próxima a zero, representa que os elementos comparados são similares. Por fim, associa os elementos aos clusters cujos centroides se localizam mais próximos. A partir desse conjunto, foi possível agrupar e classificar os moradores quanto ao entendimento que o município de estudo possui ou não um turismo sustentável e realizar uma análise descritiva comparativa.

4.3.3 Modelagem de Equações Estruturais

A modelagem de equações estruturais é um método para estimar um conjunto de relações dependentes entre um grupo de conceitos ou constructos, que permite estabelecer influência entre as variáveis simultaneamente (MALHOTRA; LOPES; VEIGA, 2014). A modelagem de equações estruturais representa um modelo que procura demonstrar as ligações entre os fatores. Um conjunto de processos estatísticos multivariados que proporciona a análise de uma série de relações entre ou mais variáveis (HAIR *et al.*, 2009).

O procedimento de análise adotado foi o método de Modelagem de Equações Estruturais (MEE). Essa técnica examina uma série de relações, através de um conjunto de métodos que identifica variáveis latentes, utilizando um conjunto de técnicas multivariadas, examinando múltiplas relações de dependências, simultaneamente entre essas variáveis (Hair *et al.*, 1998).

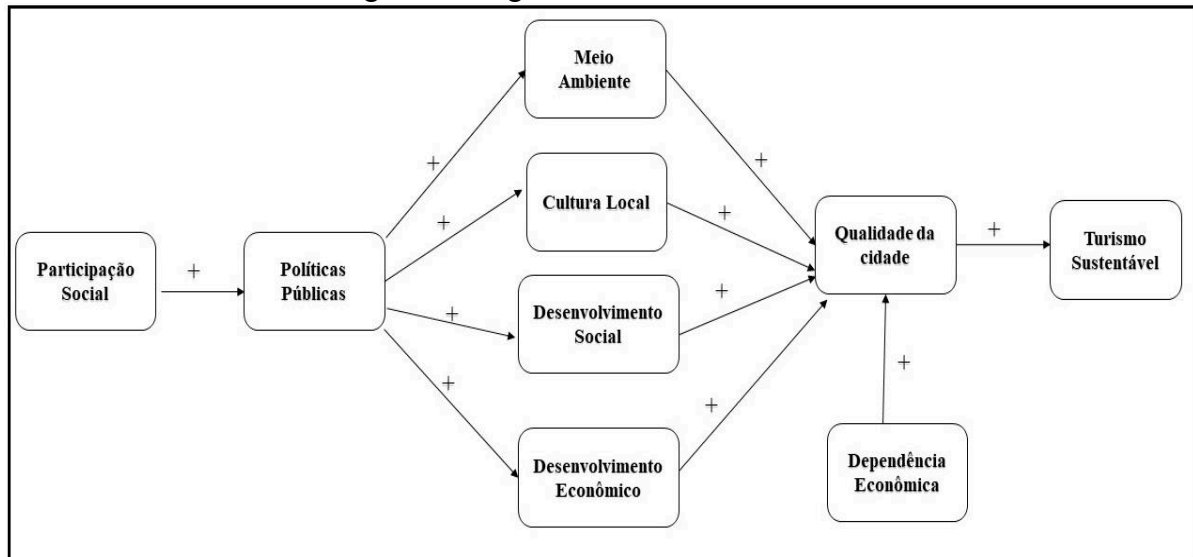
A modelagem de equações estruturais (SEM) é um grupo de modelos estatísticos que procura demonstrar as relações entre múltiplas variáveis, que investiga uma série de associações

de dependência simultaneamente e é útil quando uma variável dependente se torna independente em relações subsequentes de dependência (HAIR et al. 2009)

A modelagem de equações estruturais tem o objetivo de testar um modelo analítico a partir da proposição de Scott (2011) sobre políticas públicas de turismo, que foi estabelecida com as dimensões do turismo sustentável. O entendimento é que quanto mais houver equilíbrio e sustentabilidade entre as dimensões, melhor tende a ser a qualidade das políticas públicas. Com isso, os atores locais, por sua vez, tendem a constituir uma imagem positiva em relação à atividade turística.

A modelagem de equações estruturais (SEM) equivale à “família de modelos estatísticos que buscam explicar as relações entre múltiplas variáveis” (HAIR et al. 2009, p. 543). Com essa ferramenta, pretende-se compreender quais as categorias se inter-relacionam de acordo com a percepção dos moradores. Através da modelagem de equações estruturais e do modelo teórico, identificaremos a relação existentes entre as políticas públicas e o desenvolvimento do turismo sustentável.

Figura 6: Diagrama de caminhos da SEM



Fonte: Elaboração da autora

Para a análise, foram elaboradas as seguintes hipóteses (H), baseadas na revisão de literatura apresentada:

H1: A participação social possui uma relação direta com as políticas públicas de turismo.

H2: As políticas públicas possuem uma relação direta com o meio ambiente, cultura local, desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico.

H3: O meio ambiente, cultura local, desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico possuem uma relação direta com a qualidade da cidade.

H4: A dependência econômica da população possui uma relação direta com a qualidade da cidade.

H5: A qualidade da cidade tem uma ligação direta com o turismo sustentável.

A análise do diagrama de caminhos faz uso das correlações bivariadas simples para estimar as relações em um sistema de equações estruturais. Essa técnica avalia a potência de cada associação demonstrada por uma seta reta ou curvilínea no diagrama (HAIR et al., 2009). Deste modo, a Figura 03 apresenta os constructos que se deseja analisar, com isso foi possível detectar o impacto e a influência de forma direta e indireta em cada constructo em relação aos demais.

É essencial verificar se os dados e o modelo apresentado são apropriados para o uso da modelagem das equações estruturais.

4.4 Delineamento Metodológico

Os métodos e técnicas de análise a serem utilizados em cada uma das etapas deste estudo estão dispostos conforme os objetivos a serem alcançados, apresentados no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2: Delineamento Metodológico

| Objetivo Geral | Objetivos Específicos | Metodologia | Fontes de Dados |
|---|--|--|--------------------------------|
| Compreender o papel da administração pública local no desenvolvimento do turismo sustentável em Capitólio | Analisar os efeitos do turismo no contexto local para os moradores e os impactos pela atividade | - Estatística descritiva - Análise de cluster | Dados primários: questionários |
| | Identificar como se dá a atuação pública e a participação social no contexto do turismo em Capitólio | - Estatística descritiva - Análise de cluster | Dados primários: questionários |
| | Desenvolver um modelo analítico para o desenvolvimento do turismo sustentável a partir da atuação pública. | Modelagem de Equações Estruturais | Dados primários: questionários |

Fonte: Elaboração da autora (2022)

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção é destinada à descrição dos dados coletados e suas análises.

5.1 Caracterização da Amostra

A amostra é composta por moradores do município de estudo, os atributos são detalhados no quadro 3, com as seguintes informações:

Quadro 3 – Caracterização da Amostra

| Gênero | | Local de Nascimento | |
|--|--------|--|--------|
| Masculino | 57,78% | Capitólio | 53,33% |
| Feminino | 42,22% | Demais Municípios | 46,67% |
| Idade (em anos) | | Renda Familiar | |
| Até 22 | 5,08% | Até 2 salários | 15,55% |
| De 23 a 30 | 19,36% | De 2 a 3 salários | 15,87% |
| De 31 a 40 | 33,65% | De 4 a 5 salários | 30,47% |
| De 41 a 50 | 17,14% | De 6 a 7 salários | 14,29% |
| De 51 a 65 | 19,05% | De 8 a 10 salários | 16,51% |
| Acima de 65 | 5,72% | Acima de 10 salários | 7,31% |
| Tempo de Moradia em Capitólio | | Grau de instrução | |
| Até 5 anos | 13,02% | Analfabeto | - |
| De 6 anos a 10 anos | 6,67% | Fundamental Incompleto | 1,90% |
| De 11 anos a 20 anos | 11,42% | Fundamental Completo | 3,49% |
| De 21 anos a 30 anos | 23,18% | Médio Incompleto | 3,49% |
| De 31 anos a 40 anos | 19,36% | Médio Completo | 21,59% |
| De 41 anos a 50 anos | 13,65% | Superior Incompleto | 16,82% |
| De 51 anos a 65 anos | 9,85% | Superior Completo | 32,70% |
| Acima de 66 anos | 2,85% | Pós Graduação | 15,87% |
| | | Mestrado | 3,18% |
| | | Doutorado | 0,96% |
| Ocupação | | | |
| Estudante | 6,04% | Autônomo | 16,51% |
| Setor Público | 20,95% | Não trabalho | 2,53% |
| Empresário - empresa ligada ao turismo | 16,51% | Empresário – empresa não ligada ao turismo | 14,28% |
| Funcionário do Setor Privado – empresa ligada ao turismo | 13,65% | Funcionário do Setor Privado – empresa não ligada ao turismo | 11,12% |
| Outro | 6,98% | | |

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Pelas informações apresentadas pelo quadro 3 — caracterização da amostra, observa-se que é uma amostra predominantemente masculina, 46,67% não nasceram no município de estudo e 13,02% destes mudaram para a localidade há menos de 5 anos, o que pode ser um indício do aumento da atividade turística na cidade. Segundo o Plano Nacional de Educação (2020), a média de escolaridade brasileira em 2020 é 11,8 anos, que corresponde a quase os 12 anos para formar no ensino médio. No município de estudo, temos que 69,53% dos residentes tem a escolaridade superior à média da população brasileira. Em relação às ocupações dos respondentes prevalece o setor público e ao fato que alguns moradores possuem mais de um trabalho.

De acordo com o IBGE (2020), a média salarial do país girou em torno de R\$1.380 reais, em Capitólio 84,45% possui renda acima desse valor. Essa informação é importante, pois mostra que a percepção do turismo de ser uma atividade com menor retorno, em relação à indústria e a agricultura, não encaixa nesse caso. Esse município é dependente do turismo, e mostra que esta atividade econômica estimula a renda dos residentes. O turismo além de envolver diversos setores da economia, proporciona benefícios as populações residentes e o desenvolvimento para os municípios. O turismo tem o efeito multiplicador, que para acontecer de forma concreta, é necessário que essa atividade, desde o planejamento tem que ser realizado com a participação dos atores envolvidos de forma direta e indireta (ALVES, DE MEDEIROS, MARACAJÁ, 2012).

5.2 Análise da confiabilidade dos constructos

Hair et al. (2009) observa que o alfa de Cronbach demonstra que os itens de uma categoria são homogêneos. Para este estudo, a análise da confiabilidade dos constructos foi realizada através deste alfa, observando cada categoria relacionado ao modelo teórico. Hair et al. (2009) apresenta que variação do coeficiente é entre 0,00 e 1,00, onde que o limite de aceitabilidade para o Alfa de Cronbach geralmente é 0,60, porém compete ao pesquisador a ponderação ao qual valor é o mais adequado a sua análise.

Observando os resultados pela Tabela 1, certifica que a maioria dos valores dos constructos estão acima do limite inferior de aceitabilidade, o que demonstra que existe confiança na determinação dos constructos estabelecidos. Apenas a categoria de desenvolvimento social que não alcança a confiabilidade mínima proposta, mas por entender que o constructo Desenvolvimento Social é fundamental para análise optou-se em manter mesmo com o Alfa de Cronbach ser relativamente baixo.

Tabela 1 - Teste do Alfa de Cronbach para constructos analisados no estudo.

| Categoria | Grupo de Perguntas | Alfa de Cronbach |
|-------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| Participação Social | 1,2,3,4,5,6 | 0,7566 |
| Políticas Públicas do Turismo | 7,8,9,10,11 | 0,8320 |
| Meio Ambiente | 12,13,14,15,16,17,18,19 | 0,7003 |
| Cultura Local | 20,21,22,23,24 | 0,8330 |
| Desenvolvimento Social | 25,26,27,28,29 | 0,4819 |
| Desenvolvimento Econômico | 30,31,32,33,34,35,36,37 | 0,6085 |
| Qualidade da Cidade | 38,39,40,41,42,43,44 | 0,7076 |
| Dependência Econômica | 45,46,47,48,49,50,51,52 | 0,7170 |

(continua...)

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

5.3 Análise dos Constructos

Os dados apresentados serão conforme a escala Likert usada nos questionários, com a seguinte escala intervalar: 1 – Discordo totalmente (D.T.); 2 – Discordo bastante (D.B.); 3– Discordo parcialmente (D.P.); 4– Concordo parcialmente (C.P); 5– Concordo bastante (C.B.); 6 – Concordo totalmente (C.T.).

5.3.1 Participação social

A participação social está conectada aos moradores que participam nas decisões, associações, conselhos e possuem informações sobre a atividade turística que acontece no município. Segundo Felix, Farias, Chagas e Marques-Junior (2020), para desenvolver estratégias de desenvolvimento do turismo efetivas, os autores sugerem aos gestores públicos e privados a elaboração de ações que tenham como objetivo a introdução, a conscientização, o incentivo e a participação intensa da comunidade local no processo de gestão e desenvolvimento do turismo, pois o apoio e o engajamento da população local no progresso da atividade turísticas é condição para esse êxito.

Ao analisar a Tabela 2, considera-se o somatório dos três níveis de concordância, ou seja, a soma de concordo parcialmente, concordo bastante e concordo totalmente, verifica-se que 52,06% acreditam que existe uma parceria entre o governo, sociedade e iniciativa privada para oferta e manutenção do turismo. Em contrapartida, 67,62% não considera que a sociedade se envolva nas tomadas de decisões em relação ao turismo, ao mesmo tempo que 79.36% dos residentes pesquisados não participam do conselho ou de alguma associação ligada ao turismo e na mesma linha de pensamento 60,32% não acredita que o governo local incentiva a participação social nas deliberações. E, ao mesmo tempo que 63.49% não possuem informações sobre as resoluções tomadas em relação à atividade turística, 64,44% tem interesse em participar das decisões públicas ligadas ao turismo.

Tabela 2 – Percepção dos moradores quanto a participação social

| | DT | DB | DP | CP | CB | CT |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| Entende que existe a parceria entre o governo, a sociedade e a iniciativa privada para a oferta e manutenção do turismo. | 22,23% | 10,47% | 15,24% | 28,89% | 14,92% | 8,25% |

(continua....)

| | | | | | | |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Entende que a população participa da tomada de decisões públicas relacionadas ao turismo. | 28,25% | 22,54% | 16,83% | 20,00% | 7,94% | 4,44% |
| Participa do Conselho Municipal de Turismo ou de outra associação de participação ligada ao turismo. | 61,90% | 12,38% | 5,08% | 5,08% | 6,98% | 8,57% |
| Possui acesso às informações e decisões ligadas ao turismo na cidade. | 35,24% | 18,73% | 9,52% | 16,83% | 12,06% | 7,62% |
| Possui interesse em participar das decisões públicas ligadas ao turismo da cidade. | 17,14% | 8,89% | 9,52% | 16,19% | 18,73% | 29,52% |
| Entende que o governo local incentiva a participação de atores da iniciativa privada e da sociedade nas decisões públicas relacionadas ao turismo. | 28,89% | 16,51% | 14,92% | 16,19% | 14,29% | 9,21% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2022). Nota: DT – Discordo totalmente; DB – Discordo bastante; DP – Discordo parcialmente; CP - Concordo parcialmente; CB – Concordo bastante; CT – Concordo totalmente.

Os resultados demonstram que os residentes possuem interesse em participar das deliberações em relação atividade turística, mas mostram que isso não é o que ocorre no município além de não participar, acreditam que não exista a participação da população nas decisões públicas. Isto representa um risco de a atividade turística não ser rentável e sustentável, pois a participação social nas tomadas de decisões é essencial. As resoluções do controle local, não vão de encontro com a variável participação social, seus objetivos e os papéis da política de turismo propostos por Scott (2011), pois a inclusão da população na tomada de decisões na visão dos residentes, não ocorre no município de Capitólio, os moradores além de não se envolver entendem que a sociedade, como um todo, também não participa das tomadas de decisões envolvendo a atividade turística.

5.3.2 Políticas Públicas do Turismo

As políticas públicas do turismo estão ligadas as estratégias, diretrizes e intenções de ações que devem ser realizadas para que possam alcançar a promoção do turismo de forma sustentável e rentável. Conforme Boulhosa, Farias e Figueiredo (2021), o turismo tem a capacidade de alavancar o desenvolvimento da região que é instalado e, ao mesmo tempo, de fomentar a deterioração do meio ambiente e o aumento das desigualdades sociais, logo para regiões com potencialidades turísticas e com a intenção da promoção dessa atividade, para a diminuição dos efeitos negativos é fundamental a elaboração de políticas públicas como uma ferramenta norteadora do processo de planejamento, sendo uma associação de diretrizes, ações e estratégias para que o desenvolvimento da atividade turística seja feita de forma sustentável.

Ao examinar a tabela 3, podemos observar que 74,29% concordam que o município possui sim, políticas públicas voltadas para a atividade turística e 77,78% que são voltadas para

o fomento desta atividade. Porém, 57.78% não supõem que as ações públicas do turismo são dirigidas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, 63.17% não acreditam que os atores locais participam das decisões para a implementação das políticas públicas e 61.59% concordam que a administração local não incentiva o envolvimento da sociedade para implementar as políticas públicas do turismo. Isso vai de encontro com a opinião apresentada no constructo, participação social que mostra que não acreditam que consideram a participação social para as tomadas de decisões em relação ao turismo.

Tabela 3 – Percepção dos moradores quanto a políticas públicas do turismo

| | DT | DB | DP | CP | CB | CT |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Considera que o município possui políticas públicas voltadas para a atividade turística. | 8,57% | 5,71% | 11,43% | 30,16% | 27,62% | 16,51% |
| Considera que as políticas públicas do turismo são voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. | 21,27% | 22,86% | 13,65% | 18,10% | 13,02% | 11,11% |
| Considera que as políticas públicas do turismo são voltadas para o fomento da atividade turística. | 5,08% | 8,89% | 8,25% | 26,03% | 35,56% | 16,19% |
| Considera que os atores locais participam das tomadas de decisões para implementação das políticas públicas do turismo. | 28,25% | 15,24% | 19,68% | 18,73% | 12,38% | 5,71% |
| Considera que a administração local incentiva a participação da sociedade na implementação das políticas públicas do turismo. | 27,94% | 20,00% | 13,65% | 14,60% | 12,70% | 11,11% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2022). Nota: DT – Discordo totalmente; DB – Discordo bastante; DP – Discordo parcialmente; CP - Concordo parcialmente; CB – Concordo bastante; CT – Concordo totalmente.

As conclusões apresentadas pela tabela 3, demonstram que os residentes acreditam que o município tem políticas públicas voltadas para atividade turística, mas que não se preocupam em melhorar a qualidade de vida dos moradores. Nesse constructo mostra também o fato dos residentes não acreditarem que os atores locais participam tanto da tomada de decisão quanto da implementação das políticas públicas do turismo, sendo esse problema identificado mais uma vez. As repercussões das políticas públicas não vão de encontro com a categoria controle local, seus objetivos e os papéis da política de turismo propostos por Scott (2011), pois mostra que não existe a participação e implementação da população nas tomadas de decisões. Ao contrário do controle local, a categoria prosperidade local converge, pois pela percepção dos moradores existe sim o fomento ao desenvolvimento das atividades locais relacionadas ao turismo.

5.3.3 Meio Ambiente

O constructo meio ambiente demonstra a importância deste item para a implantação de um turismo sustentável, onde sustentabilidade ambiental traz a preservação e a manutenção da natureza como prioridade. Monteiro (2019) apresenta a valorização do meio ambiente como parte da atividade turística é essencial e também hoje a conservação e a preservação do ecossistema vão de encontro com a exigência do mercado, a cobrança de empreendimentos turísticos sustentáveis em que acontece a adoção dos princípios de sustentabilidade que vão contra à prática predatória do turismo. Silva (2017), mostra que as políticas públicas do turismo são desenvolvidas e implementadas podendo contribuir positivamente para as questões ambientais na localidade, contribuindo e orientando para construção de um turismo sustentável.

Ao avaliar a Tabela 4, podemos constatar que 64,76% discordam que houve uma deterioração na paisagem da cidade para receber o turismo e 91,43% não concordam que o ar da cidade é muito poluído. Em contramão 62,54% considera que há muitos problemas ambientais causados pelo turismo, 86,98% que os pontos turísticos são superlotados, 76,2% que existe muito lixo nas ruas e nos pontos turísticos, 91,92% acreditam que o fornecimento de energia e água é dificultado na alta temporada. E mesmo com todas as dificuldades apresentadas, 64,45% acredita que possui ações públicas locais de preservação dos atrativos ambientais da cidade e 68,89% que existem ações públicas locais para conscientizar os turistas a preservarem a natureza.

Tabela 4 – Percepção dos moradores quanto ao meio ambiente

| | DT | DB | DP | CP | CB | CT |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Entende que houve alteração, para pior, da paisagem da cidade para que se adequasse ao turismo. | 30,79% | 21,27% | 12,70% | 13,97% | 12,06% | 9,21% |
| Entende que há muitos problemas ambientais causados pelo turismo. | 10,79% | 10,16% | 16,51% | 24,76% | 22,54% | 15,24% |
| Entende que os pontos turísticos são superlotados. | 2,54% | 3,49% | 6,98% | 13,65% | 20,00% | 53,33% |
| Entende que há muito lixo nas ruas e nos pontos turísticos. | 6,98% | 5,08% | 11,75% | 22,86% | 25,40% | 27,94% |
| Entende que o ar da cidade é muito poluído. | 56,83% | 22,54% | 12,06% | 3,49% | 2,22% | 2,86% |
| Entende que o fornecimento de energia elétrica e água é dificultado na alta temporada. | 3,17% | 2,22% | 2,86% | 6,98% | 13,97% | 70,79% |
| Entende que existem ações públicas locais de preservação dos atrativos ambientais da cidade. | 28,57% | 19,37% | 16,51% | 18,73% | 8,89% | 7,94% |
| Entende que existem ações públicas locais de conscientização dos turistas em relação à preservação da natureza. | 30,16% | 22,22% | 16,51% | 14,29% | 10,16% | 6,67% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2022). Nota: DT – Discordo totalmente; DB – Discordo bastante; DP – Discordo parcialmente; CP - Concordo parcialmente; CB – Concordo bastante; CT – Concordo totalmente.

Os despechos mostrados pela tabela acima, podemos concluir que existem ações públicas para a preservação do meio ambiente com conscientização dos moradores e turistas, o que precisa ser investigado é se não estão sendo eficientes e precisam ser reformulados ou não abrangem determinados pontos que são essenciais para a preservação.

Os resultados do meio ambiente convergem com categoria integridade física e divergem em relação a diversidade biológica e eficiência de recursos seus objetivos e os papéis da política de turismo propostos por Scott (2011), pois a teoria apresenta a manutenção dos aspectos físicos da cidade, indo de encontro com o entendimento dos moradores que não existe uma deterioração da paisagem. Ao mesmo tempo diverge, pois existem diversos problemas ambientais, a administração pública não realiza ações para a conservação do meio ambiente e da natureza local, além da falta de gestão de recursos básicos como pontos turísticos lotados, aumento na geração do lixo e piora no fornecimento de energia e água, em altas temporadas.

5.3.4 Cultura Local

A sustentabilidade sociocultural é de extrema importância para a sustentabilidade da atividade turística, evidenciar a preservação da cultura e valores da localidade. Conforme Camilo e Bahl (2017) trazem que o turismo interfere no cotidiano das comunidades, mas com planejamento de um turismo sustentável mantém a identidade local preservada, respeitando as referências culturais. Em concordância Denkewicz, Martins e Nigro (2022) mostra que é possível a promoção a valorização, o resgate, a difusão da cultura e a sensação de pertencimento e de identidade através de apropriar a cultura pelo planejamento do turismo sustentável.

Observando a Tabela 5, podemos entender que 64,76% acreditam que o turismo não apagou os traços culturais da cidade, 55,88% que existem ações públicas de preservação da cultura e da identidade local, 52,07% que a iniciativa privada contribui para a preservação da cultura e da identidade local, 60,64% que os produtos e serviços turísticos ofertados contribuem para a manutenção da cultura no município e 67,93% acreditam que a cultura da cidade está sendo beneficiado pela atividade turística.

Tabela 5 – Percepção dos moradores quanto a cultura local

| | DT | DB | DP | CP | CB | CT |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Reconhece que o turismo não apagou os traços culturais da cidade. | 10,16% | 9,84% | 15,24% | 26,98% | 22,54% | 15,24% |
| Reconhece que existem ações públicas locais de preservação da cultura e da identidade local. | 13,33% | 15,24% | 15,56% | 27,94% | 17,46% | 10,48% |

(continua....)

| | | | | | | |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Reconhece que a iniciativa privada contribui para a preservação da cultura e da identidade local. | 14,29% | 15,24% | 18,41% | 27,94% | 15,24% | 8,89% |
| Reconhece que os produtos e serviços turísticos ofertados contribuem para a manutenção da cultura local. | 9,52% | 11,43% | 18,41% | 34,29% | 17,78% | 8,57% |
| Reconhece que a cultura local é beneficiada pelo turismo. | 7,62% | 8,25% | 16,19% | 29,84% | 19,68% | 18,41% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2022). Nota: DT – Discordo totalmente; DB – Discordo bastante; DP – Discordo parcialmente; CP - Concordo parcialmente; CB – Concordo bastante; CT – Concordo totalmente.

Os resultados retratados pela Tabela 5, mostra que os residentes acreditam que a cultura e a identidade local estão sendo conservadas e beneficiadas pela atividade turística. Com isso, pela visão dos residentes pode concluir que as políticas públicas voltadas para esse constructo estão sendo eficientes. Os resultados da cultura local vão de encontro com a categoria riqueza cultural, seus objetivos e os papéis da política de turismo propostos por Scott (2011), pois a teoria apresenta que a riqueza natural está ligada a manter a integridade cultural do local, respeitando as tradições culturais e os valores sociais locais, sendo essa a mesma percepção dos residentes da cidade de Capitólio.

5.3.5 Desenvolvimento Social

O desenvolvimento social é um processo multidimensional da melhora na qualidade de vida e bem-estar de uma sociedade. Conforme Pereira, Vieira, Galvão e Dos Santos (2019), demonstram que os efeitos do turismo só serão positivos se gerar uma melhora na qualidade de vida e promoção do desenvolvimento social nas localidades receptoras. Para que tenha um progresso no município é fundamental a distribuição dos resultados gerados de forma justa e acesso da sociedade aos serviços essenciais.

De acordo com a Tabela 6, a atividade turística não contribui para a piora dos serviços de saúde e da educação isso de acordo com 78,45% dos moradores, mas 61,9% acreditam que o turismo agrava a situação de violência da cidade. Já 63,81% dos moradores discordam que município oferta cursos para qualificação profissional voltado para área do turismo. E o interessante é que 79,37% dos residentes tem acesso aos atrativos e serviços turísticos da cidade, mas 79,05% expressa que não existem ações públicas locais para garantir o acesso dos residentes aos atrativos turísticos.

Tabela 6 – Percepção dos moradores quanto ao desenvolvimento social

| | DT | DB | DP | CP | CB | CT |
|--|----|----|----|----|----|----|
|--|----|----|----|----|----|----|

(continua....)

| | | | | | | |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Reconhece que o turismo contribui para a piora dos serviços de saúde e de educação. | 43,81% | 22,86% | 11,75% | 9,21% | 7,30% | 5,08% |
| Reconhece que na cidade existem cursos de qualificação profissional voltado para a área do turismo. | 34,92% | 18,41% | 10,48% | 16,51% | 9,21% | 10,48% |
| Reconhece que o turismo agrava a situação de violência na cidade. | 12,70% | 12,06% | 13,33% | 22,54% | 23,17% | 16,19% |
| Os moradores tem acesso aos atrativos e serviços turísticos da cidade. | 9,21% | 3,81% | 7,62% | 16,51% | 32,70% | 30,16% |
| Existem ações públicas locais para garantir o acesso dos moradores aos atrativos turísticos. | 50,48% | 16,19% | 12,38% | 10,16% | 4,76% | 6,03% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2022). Nota: DT – Discordo totalmente; DB – Discordo bastante; DP – Discordo parcialmente; CP - Concordo parcialmente; CB – Concordo bastante; CT – Concordo totalmente.

Os resultados demonstram que atividade turística não apresenta a piora da saúde e da educação, mas, ao mesmo tempo, agrava a situação de violência do município. E o que se destaca é o fato de o município não ter políticas públicas que possam qualificar os residentes para atuar no turismo e por mais que os moradores tenham acesso aos atrativos e serviços turísticos ofertados isso não é graças as ações públicas. Os efeitos divergem com a categoria equidade social analisadas com os objetivos e papéis da política de turismo propostos por Scott (2011), pois os residentes não observam a inclusão da comunidade através da garantia de acessos aos pontos turísticos e nos benefícios sociais das atividades turísticas.

5.3.6 Desenvolvimento Econômico

O Desenvolvimento Econômico destina-se a capacidade de gerar riquezas através da economia buscando a sustentabilidade econômica pela administração de recursos e equidade na distribuição da renda. De acordo com Malta, Braga e Barbosa (2019), apresenta a capacidade do turismo em reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento socioeconômico sendo uma ferramenta capaz para tal feito, não ao ponto de solucionar todos os problemas, mas uma fonte considerável de produção de renda.

Ao analisar a Tabela 7, podemos observar que 95,24% acreditam que o turismo produz muitos empregos no município, 59,68% que a renda gerada pelo turismo não é distribuída de forma justa no município, 85,07% que a renda gerada pela atividade turística circula na cidade, 52,38% concordam que as condições de trabalho no setor do turismo são ótimas, 78,10% que os serviços turísticos, na sua maior parte, são ofertados pelos empreendedores locais, 64,76% relatam que houve uma queda no poder aquisitivo dos turistas caiu, 60,95% acredita que não houve queda no consumo de produtos e serviços turísticos e 85,71% apresentam que o preço dos produtos e serviços não baixou nos últimos anos.

Tabela 7 – Percepção dos moradores quanto ao desenvolvimento econômico

| | DT | DB | DP | CP | CB | CT |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| O turismo gera muitos empregos na cidade. | 1,27% | 1,59% | 1,90% | 7,62% | 24,13% | 63,49% |
| A renda gerada pelo turismo é distribuída de forma justa na cidade. | 21,90% | 19,05% | 18,73% | 17,78% | 11,11% | 11,43% |
| A renda gerada pelo turismo circula na cidade. | 4,44% | 3,17% | 7,30% | 22,22% | 35,87% | 26,98% |
| As condições de trabalho no setor do turismo são ótimas. | 10,79% | 15,24% | 21,59% | 29,84% | 13,02% | 9,52% |
| A maior parte dos serviços turísticos é ofertada por empreendedores locais. | 4,13% | 6,35% | 11,43% | 22,86% | 35,56% | 19,68% |
| O poder aquisitivo dos turistas caiu nos últimos anos. | 11,43% | 11,11% | 12,70% | 15,87% | 16,83% | 32,06% |
| O nível de consumo de produtos e serviços turísticos sofreu queda. | 24,44% | 21,27% | 15,24% | 17,14% | 11,11% | 10,79% |
| O preço dos produtos e serviços turísticos baixou nos últimos anos. | 50,79% | 26,67% | 8,25% | 6,67% | 3,49% | 4,13% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2022). Nota: DT – Discordo totalmente; DB – Discordo bastante; DP – Discordo parcialmente; CP - Concordo parcialmente; CB – Concordo bastante; CT – Concordo totalmente.

Os resultados demonstram que o turismo produz um impacto no município através da geração de emprego e renda no local e também cria oportunidade para os empreendedores locais. Os resultados vão de encontro com às categorias analisadas aos objetivos e papéis da política de turismo propostos por Scott (2011), em que a sociedade acredita no impacto positivo através do desenvolvimento econômico demonstram que é necessário intervenção da administração pública para a manutenção do turismo e crescimento da economia do setor. Além disso, pode observar que a mudança do turismo de segunda residência, que é um turismo de luxo, para o de massa que é perceptível através da queda do poder aquisitivo dos turistas, mesmo o nível de consumo e dos preços não acompanhando a queda. E que existe um aumento do bem-estar geral da população através dos índices quantitativos da economia.

5.3.7 Qualidade da Cidade

A principal ideia em relação à qualidade da cidade é o fato de tanto a estrutura física como as ações promovidas pela cidade geram efeitos significativos na qualidade de vida dos moradores. Conforme com Gandara, Torres e Lefrou (2003), o plano de desenvolvimento do turismo na localidade, não deve ser exclusivamente pensado na atividade turística, tem que ser também direcionado e pensado para melhorar a da qualidade de vida da comunidade local e dos demais atores envolvidos, contemplando as perspectivas de sustentabilidade da região e a percepção dos próprios atores sociais do seu entorno e da comunidade como um todo.

De acordo com a Tabela 8, 92,06% consentem que mesmo o município sendo uma cidade turística, é muito tranquila para se viver, 81,59% dos moradores acreditam que existam mais aspectos positivos do que negativos em relação ao turismo, 85,72% que a estrutura física do município mudou para melhor, 61,62% concordam que a qualidade de vida dos moradores não piorou com o turismo, 68,25% concordam que a população não é menos receptiva aos turistas hoje, 69,52% entendem que é a comunidade que mais se beneficia com o turismo. Porém, 97,14% acreditam que por ser um local turístico, o custo de vida é muito mais alto em relação as outras cidades.

Tabela 8 – Percepção dos moradores quanto a qualidade da cidade.

| | DT | DB | DP | CP | CB | CT |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Entende que há mais aspectos positivos do que negativos em relação ao turismo. | 4,76% | 3,81% | 9,84% | 16,19% | 32,70% | 32,70% |
| Entende que Capitólio mudou, para melhor, sua estrutura física por causa do turismo. | 6,35% | 2,22% | 5,71% | 21,59% | 31,43% | 32,70% |
| Entende que o turismo não piora a qualidade de vida dos moradores da cidade. | 12,70% | 8,57% | 11,11% | 20,32% | 20,63% | 26,67% |
| Entende que população é menos receptiva aos turistas atualmente. | 37,14% | 19,05% | 12,06% | 11,75% | 13,65% | 6,35% |
| Entende que a comunidade é quem mais se beneficia com o turismo. | 9,52% | 9,52% | 11,43% | 20,32% | 24,76% | 24,44% |
| Entende que por ser uma cidade turística, custo de vida é muito alto em comparação às outras cidades. | 0,00% | 0,63% | 2,22% | 3,17% | 16,19% | 77,78% |
| Entende que mesmo Capitólio sendo uma cidade turística, considero que ela é muito tranquila para se viver. | 1,27% | 1,90% | 4,76% | 13,97% | 32,06% | 46,03% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2022). Nota: DT – Discordo totalmente; DB – Discordo bastante; DP – Discordo parcialmente; CP - Concordo parcialmente; CB – Concordo bastante; CT – Concordo totalmente.

Os resultados demonstram que os residentes do município possuem uma visão positiva da atividade turística no impacto da qualidade da cidade, possuem uma percepção que o município continua com a sua tranquilidade, que o turismo veio para agregar a comunidade e ainda alterou a estrutura da cidade para melhor. Com exceção do custo de vida, os residentes não veem o turismo como algo que traga malefícios para a qualidade da cidade.

O desfecho da qualidade da cidade converge a categoria bem-estar da comunidade, seus objetivos e os papéis da política de turismo propostos por Scott (2011), pois a teoria apresenta que o turismo como forma de garantir a melhoria da qualidade de vida da população, a partir da infraestrutura local e acesso aos recursos para a minimização dos efeitos negativos do turismo. Os residentes possuem a visão que Capitólio é muito tranquilo para morar, que o

turismo trouxe aspectos positivos e benefícios, que a estrutura física mudou para melhorar e que a qualidade de vida não piorou com a atividade.

5.3.8 Dependência Econômica

A dependência econômica do morador ao turismo, mostra que a forma que este residente enxerga a qualidade do local está ligado ao rendimento que esse ofício gera para ele. De acordo com Felix, Chagas, Marques-Junior e Silva (2017), a dependência financeira do turismo é um ponto importante para explicar a percepção da comunidade local sobre atividade turística. Está claro o entendimento dos impactos do turismo associado a dimensão econômica, em que a parcela dos residentes que dependem economicamente da atividade, apresenta percepção mais branda dos impactos negativos, por compreender que existem mais benefícios do que custos nessa relação.

De acordo com a Tabela 9, 61,59% não trabalham diretamente com o turismo e 60,95% não tem a sua maior parte da renda provém do trabalho com atividade turística, mas 95,24% acredita que o turismo gera aumento da renda da população capitolina, 68,88% tem pessoas da família que trabalham diretamente com a atividade turística, 78,09% presume que a comunidade como um todo está envolvida com a atividade turística no município. Em relação à oferta de trabalho ligado ao turismo, 51,74% acreditam que existem poucas oportunidades e 57,46% entende que não existem ações públicas locais de fomento a empresas ligadas ao setor de turismo.

Tabela 9 – Percepção dos moradores quanto a dependência econômica

| | DT | DB | DP | CP | CB | CT |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Trabalha diretamente com o turismo. | 46,03% | 10,16% | 5,40% | 6,98% | 5,40% | 26,03% |
| Pessoas da minha família trabalham diretamente com o turismo. | 19,37% | 6,98% | 4,76% | 6,98% | 17,46% | 44,44% |
| Compreende que o turismo aumenta a renda da população capitolina. | 1,59% | 0,32% | 2,86% | 14,60% | 27,62% | 53,02% |
| A sua maior parte da minha renda provém do trabalho com o turismo. | 43,17% | 11,11% | 6,67% | 8,57% | 6,98% | 23,49% |
| Compreende que há pouca oferta de trabalho na cidade não ligada ao turismo. | 24,76% | 13,33% | 10,16% | 12,06% | 21,90% | 17,78% |
| Compreende que a comunidade como um todo está envolvida com o turismo na cidade. | 4,13% | 6,67% | 11,11% | 23,49% | 27,62% | 26,98% |
| Compreende que existem ações públicas locais de fomento a empresas ligadas ao setor de turismo. | 23,81% | 15,24% | 18,41% | 23,17% | 11,75% | 7,62% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2022). Nota: DT – Discordo totalmente; DB – Discordo bastante; DP – Discordo parcialmente; CP - Concordo parcialmente; CB – Concordo bastante; CT – Concordo totalmente.

Os resultados demonstram que mesmo que a maioria não trabalhe e sua maior parte da renda não venha da atividade turística, os residentes acreditam que a comunidade como um todo está envolvida com o turismo e isso deve ser pelo fato que a maioria tem pessoas da família que trabalham diretamente e por acreditarem que essa atividade aumenta a renda da população. As conclusões da dependência econômica não vão de encontro com a categoria qualidade de emprego, seus objetivos e os papéis da política de turismo propostos por Scott (2011), pois a teoria apresenta a maximização de oferta e a qualidade dos trabalhos locais no setor turístico, em relação ao valor do salário e das condições de trabalho. E no município de Capitólio, os residentes entendem que o turismo aumenta a renda e que a maioria da população está envolvida com essa atividade, mas acreditam que possuem poucas oportunidades em relação a oferta de trabalho e que não possuem ações públicas locais de fomento a empresas ligadas ao setor de turismo.

5.3.9 Turismo Sustentável

O Turismo sustentável leva em consideração seus atuais e futuros impactos econômicos, sociais e ambientais, sem deixar de atender as necessidades dos visitantes, indústria, meio ambiente e comunidade. Em conformidade com Amorim, De Conto e Pereira (2022) trazem que o turismo sustentável vem com o crescimento econômico, fundamentado na justiça social e eficiência de recursos, ou seja, sustentabilidade é embasado na política, economia, cultura, social e ambiental, em que deve ter uma harmonia para o bem-estar da sociedade e com a participação intensa da comunidade nas tomadas de decisões.

De acordo com a Tabela 10, 93,01% dos residentes acreditam que o turismo é benéfico para o município, 57,78% concordam que a atividade turística na cidade é sustentável, 68,58% entendem que o turismo é sustentável, mas não graças a participação dos moradores nas decisões públicas relacionadas as atividades turísticas, 65,21% dos residentes concordam que o turismo na cidade não traz a preservação e a manutenção do meio ambiente como prioridade, 55,55% dos moradores que entendem que o município não, evidência, a preservação da cultura e valores da localidade, 54,16% dos habitantes não acredita que o desenvolvimento econômico busca a administração dos recursos e a equidade na distribuição da renda e 60% consentem que não existe uma relação garantida entre os órgãos públicos e os atores sociais.

Tabela 10 – Percepção dos moradores quanto ao turismo sustentável

| | DT | DB | DP | CP | CB | CT |
|---------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| O turismo é benéfico para a cidade. | 2,22% | 1,90% | 2,86% | 14,92% | 34,92% | 43,17% |
| O turismo no município é sustentável. | 13,02% | 11,75% | 17,46% | 23,81% | 22,54% | 11,43% |

| | | | | | | |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| O turismo é sustentável, graças a participação dos moradores nas decisões públicas relacionadas ao turismo. | 30,48% | 22,86% | 15,24% | 20,00% | 5,40% | 6,03% |
| O turismo no município traz a preservação e a manutenção do meio ambiente como prioridade. | 23,49% | 21,90% | 19,37% | 19,68% | 10,16% | 5,40% |
| O turismo no município evidencia a preservação da cultura e os valores da localidade. | 17,78% | 20,63% | 17,14% | 23,49% | 14,92% | 6,03% |
| O turismo no município traz o desenvolvimento econômico, buscando a administração de recursos e a equidade na distribuição da renda. | 13,02% | 21,59% | 19,37% | 20,00% | 13,33% | 12,70% |
| O turismo no município garante a relação entre os órgãos públicos e os atores sociais. | 16,51% | 20,32% | 23,17% | 21,90% | 10,16% | 7,94% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2022). Nota: DT – Discordo totalmente; DB – Discordo bastante; DP – Discordo parcialmente; CP - Concordo parcialmente; CB – Concordo bastante; CT – Concordo totalmente.

Os resultados expressam que o turismo é sim, benéfico para o município e os residentes acreditam que o turismo na cidade seja sustentável. Porém, discordam que Capitólio siga as diretrizes bases para o alcance do turismo sustentável apresentado pelo Ministério do Turismo. Para as implementações de políticas mais bem sucedidas, é fundamental a conscientização, responsabilidade e inclusão de todos os interessados. A sustentabilidade do turismo depende não apenas de ações do poder público, e sim de um planejamento que não tenha apenas compromisso com o desenvolvimento econômico, mas que busque, sobretudo, a sustentabilidade social, cultural e ambiental, mantendo a atividade turística viável por um período indefinido.

Segundo o estudo de Kurimori (2018), foi recomendado ao município de Capitólio realizar cursos e capacitações para os moradores, com propósito de abordar o conceito de turismo sustentável para que os residentes sejam capazes aprender e entender a definição de sustentabilidade. Mostrando que a participação nas tomadas de decisões, começa inicialmente com o entendimento dos conceitos por parte da sociedade, para que a população possa participar e ajudar na implementação de ações.

A sustentabilidade analisada com os objetivos e papéis da política de turismo propostos por Scott (2011), mostra a proteção do meio ambiente e da sociedade em suas diferentes esferas. Ao mesmo tempo que os residentes possuem essa percepção de um turismo sustentável e benéfico no município de Capitólio, os mesmos discordam que as diretrizes apresentadas pelo Ministério do Turismo são alcançadas.

O quadro 4 abaixo, mostra um resumo sobre as percepções dos residentes do município de Capitólio em relação os objetivos e os papéis da política de turismo de Scott (2011) apresentado.

Quadro 4 – Percepção dos capitolinos em relação aos objetivos e papéis da política do turismo por Scott (2011).

| Constructos | Percepção dos residentes | Objetivos e Papéis da Política de Turismo |
|-------------------------------|---------------------------------|--|
| Participação Social | Diverge | Controle Local |
| Políticas Públicas do Turismo | Diverge | Controle Local |
| | Converge | Prosperidade Local |
| Meio Ambiente | Converge | Integridade Física |
| | Diverge | Diversidade Biológica e Eficiência de Recursos |
| Cultura Local | Converge | Riqueza Cultural |
| Desenvolvimento Social | Diverge | Equidade Social |
| Desenvolvimento Econômico | Converge | Desenvolvimento Econômico |
| Qualidade da Cidade | Converge | Bem-estar da Comunidade |
| Dependência Econômica | Diverge | Qualidade de Emprego |
| Turismo Sustentável | Converge | Sustentabilidade |

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Confrontando os objetivos e papeis da política de turismo proposto por Scott (2011) com a percepção dos residentes do município de Capitólio, podemos entender que a participação social e as políticas públicas do turismo divergem ao controle local devido a falta da inserção da sociedade no planejamento da atividade. Já as políticas públicas do turismo convergem com a prosperidade local, pois os moradores acreditam no fomento ao desenvolvimento das atividades locais relacionadas ao turismo. Na categoria meio ambiente, temos a existência a preservação da paisagem pela percepção dos moradores indo de encontro com o objetivo e papel da política de turismo integridade física, ao mesmo tempo há a discordância com a diversidade biológica e eficiência de recursos que são problemas na preservação do meio ambiente e na administração dos recursos básicos de forma eficientes. O constructo cultura local converge com a riqueza cultural, pois os capitolinos acreditam na valorização e preservação da cultura, respeitando as tradições e os valores sociais. Já na variável desenvolvimento social, a percepção dos residentes divergem a equidade social, pois não observam inserção da comunidade na atividade turística e o mesmo não acontece com o desenvolvimento econômico pois existe um aumento do bem-estar geral da população através dos índices quantitativos da economia. Já na categoria qualidade da cidade, a percepção dos moradores é que converge ao bem-estar da comunidade, porque a atividade turística maximiza a qualidade de vida local. O mesmo não acontece com o constructo dependência econômica,

pois diverge com a qualidade de emprego os moradores possuem a percepção de poucas oportunidades na oferta de emprego dessa atividade. Já na sustentabilidade, converge devido aos moradores acreditarem e possuírem o entendimento que o turismo do município de Capitólio é sustentável.

5.4 Análise dos Grupos.

A análise de cluster buscou discriminar os moradores de acordo com a percepção quanto a sustentabilidade, os residentes foram separados em três conjuntos com opiniões diferentes em relação à forma como o turismo ocorre no município de estudo. A partir da aplicação do método de Ward, dividiu-se em três grupos distintos: primeiro grupo são de 78 residentes (24,76%), sendo 54 homens (69,23%) e 24 mulheres (30,77%) que acreditam que o turismo não seja sustentável, o segundo grupo dos entrevistados são de 201 residentes (63,81%), sendo 106 homens (52,73%) e 95 mulheres (47,27%) está entre os dois extremos, no meio e o terceiro e último grupo que são 36 moradores (11,43%), sendo 22 homens (52,73%) e 14 mulheres (47,27%) que pressupõem que o turismo seja sustentável. A Tabela 11, apresenta as estatísticas descritivas dos elementos, observado as semelhanças e distinções entre os grupos.

Tabela 11 – Estatística Descritiva por categoria

| Grupos | Categorias | Média | Desvio Padrão |
|-----------------------------|---------------------------|-------|---------------|
| Não é Sustentável N = 78 | Participação Social | 2,61 | 0,15 |
| | Políticas Públicas | 2,76 | 0,12 |
| | Meio Ambiente | 3,73 | 0,24 |
| | Cultura Local | 2,94 | 0,10 |
| | Desenvolvimento Social | 3,03 | 0,20 |
| | Desenvolvimento Econômico | 3,54 | 0,21 |
| | Qualidade da Cidade | 4,05 | 0,40 |
| | Dependência Econômica | 3,64 | 0,31 |
| Grupo Mediano N= 201 | Participação Social | 2,97 | 0,14 |
| | Políticas Públicas | 3,54 | 0,20 |
| | Meio Ambiente | 3,59 | 0,17 |
| | Cultura Local | 3,85 | 0,09 |
| | Desenvolvimento Social | 3,07 | 0,11 |
| | Desenvolvimento Econômico | 3,80 | 0,20 |
| | Qualidade da Cidade | 4,46 | 0,28 |
| Dependência Econômica | 3,98 | 0,47 | |

(continua....)

| | | | |
|-----------------------|---------------------------|------|------|
| Sustentável N = 36 | Participação Social | 3,68 | 0,21 |
| | Políticas Públicas | 4,67 | 0,13 |
| | Meio Ambiente | 3,41 | 0,23 |
| | Cultura Local | 4,45 | 0,05 |
| | Desenvolvimento Social | 3,57 | 0,25 |
| | Desenvolvimento Econômico | 4,09 | 0,61 |
| | Qualidade da Cidade | 5,06 | 0,50 |
| | Dependência Econômica | 4,33 | 0,65 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

De acordo com a Tabela 11, podemos inicialmente observar que os dados são homogêneos, devido os valores do desvio padrão serem próximos de 0. Observamos que não houve tanta discrepância entre as médias apresentada pelas categorias entre os grupos. Mas, na maioria mostra que o grupo que tem a percepção que o turismo é sustentável possui uma maior média nas categorias, com exceção apenas do constructo Meio Ambiente.

Em ação complementar pesquisa, a Tabela 12 demonstra as estatísticas descritivas.

Tabela 12 – Estatística Descritiva dos Grupos

| Variáveis | Grupo | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
|-------------------|-----------------|---|-----------|-------|---------------|
| Tempo de Moradia | Não Sustentável | 4 | 76 | 30,82 | 14,85 |
| | Mediano | 0,083 | 82 | 28,40 | 18,93 |
| | Sustentável | 1,416 | 68 | 34,51 | 20,30 |
| Idade | Não Sustentável | 16 | 76 | 40,74 | 12,81 |
| | Mediano | 16 | 82 | 41,12 | 14,43 |
| | Sustentável | 18 | 81 | 42,33 | 16,20 |
| Renda Familiar | Não Sustentável | 1,5 | 20 | 5,59 | 2,98 |
| | Mediano | 0 | 50 | 6,42 | 6,32 |
| | Sustentável | 1 | 21 | 5,08 | 3,88 |
| Grau de Instrução | Não Sustentável | Fundamental | Mestrado | 6,67 | 1,56 |
| | | Incompleto | | | |
| | Mediano | Fundamental | Doutorado | 6,30 | 1,43 |
| | | Incompleto | | | |
| Sustentável | Fundamental | Pós Graduação | 5,58 | 1,55 | |
| | Incompleto | | | | |
| Variáveis | Grupo | Caracterização amostra | | | |
| Gênero | Não Sustentável | 78 residentes (24,76%), sendo 54 homens (69,23%) e 24 mulheres (30,77%) | | | |
| | Mediano | 201 residentes (63,81%), sendo 106 homens (52,73%) e 95 mulheres (47,27%) | | | |
| | Sustentável | 36 residentes (11,43%), sendo 22 homens (52,73%) e 14 mulheres (47,27%) | | | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Grupo 1 — Residentes que acreditam que o turismo não é sustentável.

Este grupo é composto por 24,76% dos residentes, sendo do total 69,23% de homens e 30,77% de mulheres. Em relação às características descritas na tabela 12, constata-se que estes moradores são mais novos, possuem a renda familiar em torno de 5,5 salários mínimos, uma maior média em relação, aos demais grupos, ao grau de instrução e uma média de quase 31 anos de moradia no município. De acordo com a tabela 11, o grupo de residentes do turismo não sustentável percebe-se apenas uma valorização maior em relação ao meio ambiente do que os demais conjuntos.

Grupo 2 — Residentes que estão no meio dos dois extremos.

Este grupo é formado por 63,81% dos moradores, sendo total 52,73% de homens e 47,27% de mulheres, constituindo o maior grupo. No que se refere as características descritas na tabela 12, verifica-se que os residentes são os mais novos, possuem uma média renda familiar bem maior, possui a segunda melhor média em relação ao grau de instrução e um menor tempo de moradia no município. De acordo com a tabela 11, o grupo denominado mediano dos residentes, possui uma maior percepção da participação social em relação ao grupo não sustentável e menor no que se refere ao grupo sustentável, ao mesmo acontece com as políticas públicas, cultura local, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, qualidade da cidade e a dependência econômica. Em relação ao meio ambiente, o contrário acontece o grupo denominado mediano dos residentes possui uma menor percepção do meio ambiente em relação ao grupo não sustentável e maior no que se refere ao grupo sustentável.

Grupo 3 — Residentes que acreditam que o turismo é sustentável.

Este grupo é formado por 11,43% dos moradores, sendo total 52,73% de homens e 47,27% de mulheres, constituindo o menor grupo. No que se refere as características descritas na tabela 12, verifica-se que os residentes são mais velhos, possuem uma menor renda familiar, um menor grau de instrução e um maior tempo de moradia no município. De acordo com a tabela 11, o grupo de residentes do turismo sustentável percebe-se a maior participação social, políticas públicas do turismo mais atuantes, valoriza a cultura local, um maior desenvolvimento econômico e social, uma qualidade maior da cidade e uma maior dependência econômica.

Nesse sentido, considerando os três grupos com características diferentes, o poder público a partir dessas informações apresentadas conseguirá avaliar ações específicas para a

primeira equipe que tem pior percepção quanto a sustentabilidade do turismo em Capitólio. O estudo de análise de clusters será capaz de auxiliar a administração em políticas que possam alcançar o grupo que tem a compreensão de que o turismo não é sustentável, como, por exemplo, incentivar a participação desses indivíduos em associações e organizações voltadas para a sustentabilidade do turismo e valorização da cultura local, propor medidas para a melhorar a percepção do desenvolvimento social, realizar uma articulação e a cooperação entre os setores público-privado em relação ao planejamento e a gestão da atividade para tomada de decisões e de ações determinantes para a melhoria da competitividade econômica.

5.5 Resultados da Aplicação da Modelagem de Equações Estruturais

A confiabilidade do procedimento foi verificada com base no coeficiente Alpha de Cronbach cujos resultados alcançaram níveis adequados para o emprego da Modelagem de Equações Estruturais. Os constructos (variáveis latentes) foram modificados em variáveis observáveis, através do somatório dos valores de seus respectivos indicadores (escala somada). Ressalta-se, que o modelo ajustado se conservou logicamente compatível ao modelo teórico originalmente apresentado.

Os indicadores de estimação aplicados para a validação do modelo foram escolhidos pelo grupo apresentado por Acock (2013) utilizando os índices de ajustamento do Software STATA 14, no qual não existe apenas um único coeficiente que traduza o ajustamento do modelo e sim vários parâmetros desenvolvidos, absolutos e comparativos. O parâmetro absoluto de ajustamento desenvolvido foi: Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA) e os parâmetros comparativos de ajustamento foram: Tucker-Lewis Index (TLI) e Comparative Fit Index (CFI). Os parâmetros de parcimônia, utilizadas foram a raiz quadrada da média dos quadrados dos erros de aproximação (RMSEA) e o Critério de informação de Akaike (AIC).

Analisando o modelo teórico original obteve-se um modelo que explicava 51,40% para o desenvolvimento do turismo sustentável maior que o modelo sugerido. Contudo, analisando os índices de ajustamento, percebe-se na tabela 13 que o modelo apresentou inconsistências, provando que o modelo necessitava de ajustes.

Tabela 13 - Índices de ajuste do modelo

| Critérios | Parâmetros Desejáveis | Modelo Teórico | Modelo Sugerido |
|------------------|------------------------------|-----------------------|------------------------|
| CFI | $\geq 0,900$ | 0.673 | 0.983 |
| TLI | $\geq 0,900$ | 0.523 | 0.921 |
| SRMR | $\leq 0,080$ | 0.143 | 0.031 |

(continua....)

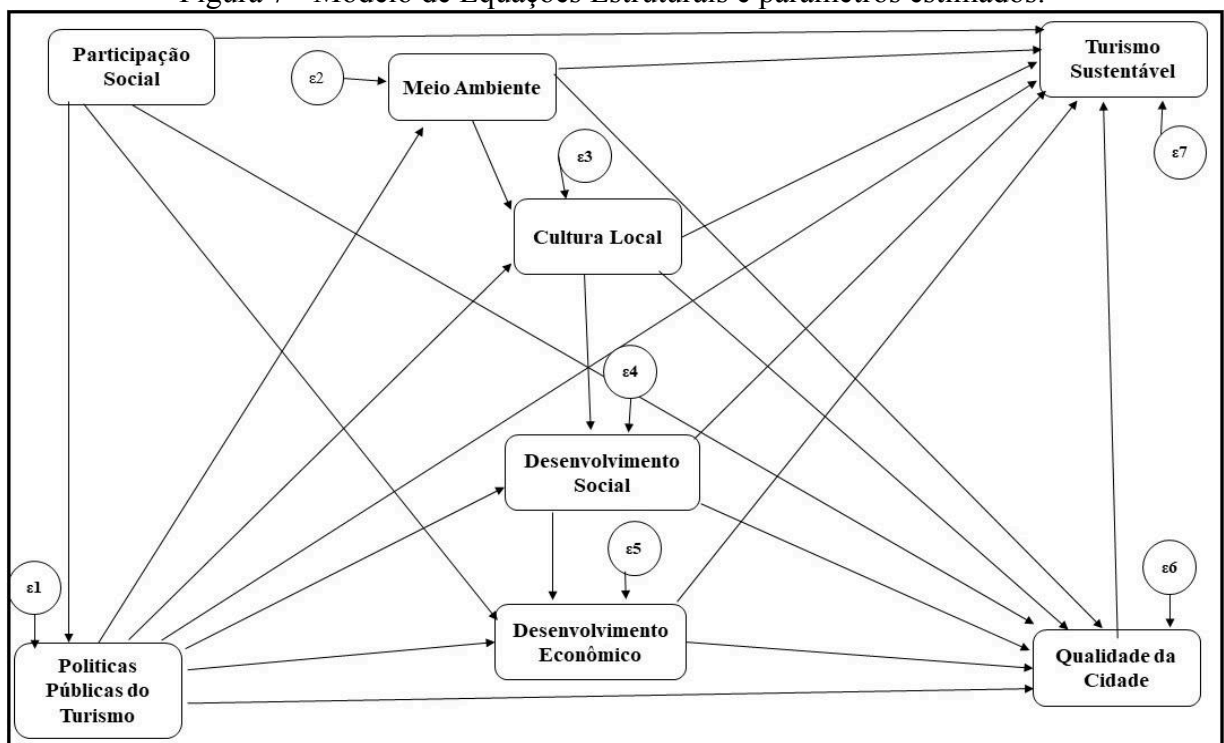
| | | | |
|-------|-------------|-------|-------|
| AIC | ≤ 1 | 0,99 | 0,99 |
| RMSEA | $\leq 0,10$ | 0.204 | 0.097 |
| R2 | | 0.514 | 0.481 |

Nota: Parâmetros com base em Hair Jr. et al. (2009), e Marôco (2014), Acock (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Assim, para alcançar o modelo com maior ajuste, aplicou o comando mindices (Modification indices) do STATA 13. É recomendável o emprego desta ferramenta para alcançar um modelo com maior ajustamento. No entanto, sua utilização só é recomendável quando existe ligação entre o modelo proposto e os pressupostos teóricos. A figura 7 apresenta o modelo de mensuração ajustado pelo comando, bem como relaciona os parâmetros estimados e consiste no diagrama de caminhos do modelo de equações estruturais recomendado, fundamentado no modelo teórico apresentado na figura 6. Os ϵ constituem aos erros da estimação e os caminhos são as hipóteses a serem testadas.

Figura 7 - Modelo de Equações Estruturais e parâmetros estimados.



Fonte: Elaboração da Autora

Nota-se que este modelo apresenta um poder de explicação $R^2 = 0,48$. Verifica que o novo cálculo de índices de ajustamento, apresentados na Tabela 14, apresentou uma boa adequação do modelo, de acordo com o teste das medidas de ajustamento nela expressas.

No que se refere a validade teórica do novo modelo, demonstra uma ausência na dependência econômica, isso mostra que esse constructo não apresentou uma ligação com a

qualidade da cidade e nem com as demais características, sendo que uma possível justificativa é o fato de ser uma característica da própria cidade. Não caracteriza e nem discrimina a percepção dos residentes em relação a esse constructo, impacta pouco no modelo, ou seja, em Capitólio percebe-se que o vínculo econômico não é uma variável que influencia a compreensão da comunidade local quanto as dimensões que foram analisadas. A dependência financeira não tem relação com as demais variáveis, mostrando que ser dependente ou não economicamente não muda as percepções das ligações. Araújo, Paula, Silva e Faria (2020), apresentam que no município de Armação dos Búzios a dependência financeira dos residentes impacta de forma positiva na maneira que estes enxergam o turismo e a própria cidade.

Tabela 14 – Coeficientes Modelagem de Equações Estruturais

| Padronizado | Coeficiente | Erro Padrão Robusto | P > z |
|------------------------------------|--------------------|----------------------------|-------------------|
| Política Pública do Turismo | | | |
| Participação Social | 0.6129692 | 0.037287 | 0.000 |
| Constante | 6.466415 | 0.7085168 | 0.000 |
| Meio Ambiente | | | |
| Política Pública do Turismo | 0.5690946 | 0.0537209 | 0.000 |
| Constante | 14.38068 | 0.987675 | 0.000 |
| Cultura Local | | | |
| Política Pública do Turismo | 0.4139716 | 0.0515054 | 0.000 |
| Meio Ambiente | 0.1602281 | 0.0463855 | 0.001 |
| Constante | 7.393535 | 1.051721 | 0.000 |
| Desenvolvimento Social | | | |
| Política Pública do Turismo | 0.2077161 | 0.0361646 | 0.000 |
| Cultura Local | 0.1604542 | 0.0382346 | 0.000 |
| Constante | 11.43078 | 0.6734055 | 0.000 |
| Desenvolvimento Econômico | | | |
| Política Pública do Turismo | 0.1071704 | 0.065500 | 0.102 |
| Desenvolvimento Social | 0.2900874 | 0.0812966 | 0.000 |
| Participação Social | 0.1338668 | 0.0557378 | 0.016 |
| Constante | 20.67076 | 1.362262 | 0.000 |
| Qualidade da cidade | | | |
| Política Pública do Turismo | 0.0304918 | 0.0631153 | 0.629 |
| Desenvolvimento Econômico | 0.3530865 | 0.0487823 | 0.000 |
| Meio Ambiente | 0.1202797 | 0.0423979 | 0.005 |
| Cultura Local | 0.1818606 | 0.0517265 | 0.000 |
| Desenvolvimento Social | 0.0660355 | 0.0732266 | 0.367 |

(continua....)

| | | | |
|-----------------------------|-----------|-----------|-------|
| Participação Social | 0.0106555 | 0.049499 | 0.830 |
| Constante | 12.18233 | 1.587606 | 0.000 |
| Turismo Sustentável | | | |
| Política Pública do Turismo | 0.3193886 | 0.0635519 | 0.000 |
| Desenvolvimento Econômico | 0.1762041 | 0.0530277 | 0.001 |
| Qualidade da cidade | 0.2634816 | 0.0567124 | 0.000 |
| Meio Ambiente | 0.2515598 | 0.0432171 | 0.000 |
| Cultura Local | 0.3357456 | 0.0530768 | 0.000 |
| Desenvolvimento Social | -0.087801 | 0.0738009 | 0.234 |
| Participação Social | 0.1151581 | 0.0498266 | 0.021 |
| Constante | -7.895687 | 1.740954 | 0.000 |
| var(e.ppturismo) | 19.51259 | 1.554801 | |
| var(e.Econômica) | 23.43263 | 1.867157 | |
| var(e.qualidadedacidade) | 17.29705 | 1.378262 | |
| var(e.turismosustentável) | 17.52419 | 1.396361 | |
| var(e.meioambiente) | 32.95609 | 2.626004 | |
| var(e.culturalocal) | 22.33628 | 1.779798 | |
| var(e.social) | 10.67534 | 0.8506317 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

De acordo com a Tabela 14 observou que o turismo sustentável pode ser influenciado positivamente pela participação social, política pública do turismo, desenvolvimento econômico, qualidade da cidade, meio ambiente, cultura local e apenas negativamente pelo desenvolvimento social.

Mostra que ocorre o que é explicado também por Conforme Cordeiro e Korossy (2019) a sustentabilidade de um destino turístico vai além das ações associadas com a proteção da natureza e dos seus pontos turísticos e que o cuidado apenas do meio ambiente não pode ser atestado de sustentabilidade.

A influência da participação social no turismo sustentável, mostra que a sustentabilidade depende dos atores que compõem essa atividade de forma direta e indiretamente. Isso vai de encontro com Costa (2021), no qual envolvimento das comunidades locais no processo de decisão, de conservação, preservação e de implementação da atividade turística é crucial, mostrando que os atores da região precisando estar envolvidos para que possam sentir parte desse processo.

Nota-se que a variável política pública do município exerce influência positiva e significativa a nível de 5% no turismo sustentável, ou seja, mostra que os conjuntos de ações,

programas e decisões pensados para o turismo ser economicamente viável e ao mesmo tempo se mantenha para futuras gerações são significativas. Isso vai de encontro com Melo e Guedes (2022) que demonstram que políticas públicas claras e efetivas são fundamentais para assegurar e promover a sustentabilidade do turismo.

O turismo sustentável tem a interferência do desenvolvimento econômico, pois atividade turística para ser sustentável precisa ser economicamente viável, transformando a vida da comunidade local para melhor. Como apresentado por Foletto, Thomé-Ortiz, Santos e González (2018), que mostra que o progresso contínuo e sustentável do turismo do Vale dos Vinhedos é impulsionado pelo desenvolvimento econômico, que gera maior emprego e renda para região, valoriza os produtos e serviços, reduz o desemprego impactando na melhoria de bem-estar da população.

A qualidade da cidade influencia positivamente o turismo sustentável, a visão dos residentes em relação a qualidade do local em que se vive e também o sentimento de orgulho e pertencimento, vai de encontro com Dantas (2021) e Medeiros e Costa (2015), que mostram que a satisfação e a qualidade de vida percebida pelos residentes influenciam nas iniciativas para que possam alcançar a sustentabilidade do turismo.

Pensar em turismo sustentável, é pensar em meio ambiente e os recursos naturais preservados, um dos pilares para o alcance da sustentabilidade da atividade turística é a manutenção, preservação e conservação da natureza para futuras gerações. Pellegrini, Padilha e Souza (2022) as práticas ambientalmente sustentáveis é um ponto essencial para que tenha sustentabilidade no turismo e não apenas para atingir uma diretriz, hoje os turistas possuem preocupação e cuidado com o local que visitam, sendo essa consciência um diferencial para as rotas de turismo.

A variável cultura local também exerce influência positiva no turismo sustentável, mostra que quando as ações são dirigidas para promoção de debates, eventos e construção de instrumentos para atividades que tem a tendência de preservar, manter e promover a herança cultural, protegendo o patrimônio cultural e influencia diretamente para que o turismo na região seja sustentável. O mesmo acontece com Lima (2021), que mostra que os residentes de Arez acreditam que a atividade turística pode incentivar a valorização da cultura, promovendo, preservando e reatando heranças culturais locais.

A influência do desenvolvimento social aparece como não significativa, mostrando que as políticas públicas fomentadas são voltadas para o turismo e não para o bem-estar social e qualidade de vida da população. Colasante e da Silva (2021) demonstra, que o desenvolvimento

turístico em Magalhães de Almeida/MA tem suas atividades e políticas voltadas para atender as demandas dos turistas e não a dos moradores.

Neste sentido, o poder público local precisa ampliar suas ações voltadas para o desenvolvimento social, essa variável precisa de um direcionamento maior pela administração pública, devido ao modelo não estar totalmente equilibrado graças a esse constructo. Para o modelo estar equilibrado, a variável do desenvolvimento social deveria ser significativa. Esse resultado demonstra uma maior demanda pela população ao poder executivo de uma atuação mais forte em relação ao desenvolvimento social para melhorar a percepção dos residentes a essa dimensão e assim consiga um modelo sustentável do turismo na cidade.

A atuação da administração pública deve se voltar para o desenvolvimento social, para que não se crie ilhas de desenvolvimento apenas nas regiões onde o turismo ocorre, de maneira que ofereça os melhores serviços públicos para os turistas, esquecendo dos residentes. Paula, Silva e Faria (2020), demonstram que no município de Búzios há uma predominância de moradores nativos nos bairros periféricos dessa cidade, mostrando uma possível ligação entre a saída dos residentes dos pontos turísticos e das áreas centrais, para que os turistas tenham uma estrutura melhor e mais espaço, além dos moradores não considerarem justa a distribuição de renda produzida por essa atividade econômica.

Mesmo com a mudança do modelo, não houve perda teórica, uma vez que é possível entender o modelo sugerido, e considerar como um desenvolvimento do original. Os modelos testados proporcionam a verificação das hipóteses nos constructos, através da Tabela 16 que possibilitou a classificação dos relacionamentos hipotéticos propostos.

Tabela 15 – Síntese dos Resultados dos Testes Realizados

| Hipótese | Resultado |
|--|------------------|
| A participação social possui uma relação direta com as políticas públicas de turismo | Aceita |
| As políticas públicas possuem uma relação direta com o meio ambiente, cultura local, desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico | Aceita |
| O meio ambiente, cultura local, desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico possuem uma relação direta com a qualidade da cidade. | Aceita |
| A dependência econômica da população possui uma relação direta com a qualidade da cidade. | Rejeita |
| A qualidade da cidade tem uma ligação direta com o turismo sustentável. | Aceita |

Fonte: Dados da pesquisa

Examina que apenas a hipótese H4 foi rejeitada, não existindo relação causal direta entre a disponibilidade de qualidade da cidade e de nenhuma mais. A não inclusão no modelo pode demonstrar que a população capitolina valoriza o turismo independente se possuir ou não ganhos financeiros, essa percepção pode estar ligada ao fato que a renda da população é mais

alta que a renda nacional ou pelo fato que não existe uma diferença entre quem trabalha com o ou não com a atividade turística.

O modelo validado apresenta grandes possibilidades de interação entre as obras de Butler (1980) e Scott (2011). Analisando a teoria de evolução da área turística, apresentada pelo Butler, pode supor que o município de estudo está na transição da segunda para a terceira fase do envolvimento para o desenvolvimento, essa afirmação pode ser demonstrada devido aos fatos que os residentes veem a mudança na infraestrutura do município e na organização dos serviços turísticos e também que a população sendo receptiva com os turistas mantendo relação próxima, caracterizando a segunda etapa.

Mas, ao mesmo tempo, a cidade já apresenta características da terceira etapa, a do desenvolvimento, pois Capitólio já demonstra um mercado turístico definido e mesmo a maioria não trabalhando diretamente com turismo e que a sua maior renda não venha dessa atividade, os residentes afirmam que o turismo gera muitos empregos e também, além disso, tem a percepção que toda a comunidade está envolvida com esta atividade e não que não existe uma queda do número de turistas, apenas do poder aquisitivo deles.

Analisando pela teoria apresentada por Scott (2011), que afirma que o desenvolvimento da localidade pelo turismo acontece por meio das ações públicas, podemos ver pelo modelo modificado que as políticas influenciam em todos os constructos, com exceção a participação social. Onde que o turismo sustentável e a qualidade cidade está diretamente ligada com os objetivos, funções e realizações das ações públicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender o papel da administração pública local no desenvolvimento do turismo sustentável em Capitólio e possibilitou identificar e analisar as dimensões constituem a dinâmica turística da cidade e suas inter-relações, pela percepção dos moradores. Com base na revisão de literatura foram identificadas cinco hipóteses, em que estabeleceram prováveis relações entre as dimensões “participação social”, “políticas públicas do turismo”, “meio ambiente”, “cultura local”, “desenvolvimento social”, “desenvolvimento econômico”, “dependência econômica”, “qualidade da cidade” e “turismo sustentável”.

De forma geral, constatou-se que o turismo sustentável pode ser influenciado de forma positiva pela participação social, política pública do turismo, desenvolvimento econômico, qualidade da cidade, meio ambiente, cultura local e apenas negativo para o desenvolvimento

social. Essas variáveis, com exceção do desenvolvimento social, influenciam positivamente a percepção dos residentes em relação ao turismo sustentável.

Mostra que o desenvolvimento social tem a necessidade de uma dedicação maior por parte da administração pública para que os moradores mudem a sua percepção em relação a essa categoria. A influência do desenvolvimento social, de forma não significativa, mostra que as políticas fomentadas são voltadas para o turismo e não para o bem-estar e qualidade de vida da população. Nesse sentido, o poder público local tem a necessidade de ampliar suas ações voltadas para o desenvolvimento social, essa variável precisa de um direcionamento maior pelo município. Esse resultado demonstra uma maior demanda pela população ao poder executivo, para ter uma atuação mais forte em relação ao desenvolvimento social para melhorar a percepção dos residentes a essa dimensão. O poder público local precisa aumentar os seus esforços a promoção do desenvolvimento social.

Com essa demanda, mostra a importância de planejar o turismo, de maneira responsável e estratégica, com a participação dos moradores, proporcionando benefícios e desenvolvimento de forma sustentável para a localidade. Atividade turística sustentável movimentada diversos setores da economia, criando oportunidades de emprego e renda, e uma possível melhora na qualidade de vida da população, promovendo o intercâmbio cultural e estimulando a preservação e conservação do patrimônio histórico e é importante destacar a importância do planejamento turístico com gestão participativo de todos os atores envolvidos de modo direto e indiretamente no turismo. Esse é o ponto importante, para que o turismo atinja a sua sustentabilidade e mantenha a sua atividade de forma contínua, é necessário a participação da população nas decisões e em todo planejamento.

Ainda diante dos resultados apresentados, percebe-se a dependência econômica é um ponto importante no estudo para o desenvolvimento do modelo turismo sustentável no município de Capitólio, pois mostrou que a dependência econômica dos residentes não faz parte das categorias de percepção dos moradores da cidade ao turismo sustentável. Mesmo o município sendo dependente do turismo, e estimulando a renda dos residentes.

A não inserção da dependência econômica demonstra que em Capitólio, o apoio ao turismo independe dos benefícios econômicos recebidos pelos residentes. Mostra que a não inclusão da dependência econômica pode ter um lado positivo, pois a população valoriza a atividade turística, independentemente se ela possui ganhos financeiros ou não diretos com a atividade. A não inclusão da dependência na percepção do turismo sustentável, mostra que isso pode estar ligado ao fato da cidade possuir uma renda maior e/ou que não existe uma diferença na renda entre quem trabalha ou não com o turismo. Lembrando que esse fato é uma

característica da própria cidade, diferentes de outros municípios, como já citado a Armação de Búzios, em Capitólio percebe-se que a dependência econômica não foi uma variável que influenciou a percepção da comunidade local quanto as dimensões que foram analisadas pelo modelo.

Os resultados demonstram que para o turismo ser promovido de forma satisfatória para os seus moradores e os turistas, a administração local deve incentivar a participação social nas tomadas de decisão, de forma que a atividade seja feita de forma planejada e controlada, minimizando os impactos negativos, principalmente para os residentes.

Quanto as limitações da pesquisa do estudo, podemos mencionar: Inicialmente, é importante apontar que a pesquisa nesse município aconteceu antes do acidente no principal ponto turístico da cidade, além da paralisação na coleta de amostras isso pode ter mudado a percepção dos residentes. Outra questão é a não realização de uma investigação qualitativa, pela visão dos moradores, para completar o estudo compreendendo as opiniões do público-alvo em sua riqueza de detalhes. E também a limitação do trabalho, em ser voltado apenas para os moradores não considerando as opiniões dos turistas e dos investidores.

Levando em consideração as limitações apresentadas anteriormente, apresentam algumas sugestões para estudos futuros. Em relação à pesquisa futura sugere-se que outros estudos sejam feitos em diferentes cidades turísticas e em outras regiões do país, mas colocando a dependência econômica como variável, pois mesmo que em Capitólio não tenha ocorrido ajustes essa é uma característica da população do município e não um erro do modelo. Seria interessante também, a realização de uma pesquisa mostrando os aspectos da tomada de decisão dos turistas e investidores em escolher o município para o seu lazer e para os investimentos realizados em segundas residências, para que a implementação de políticas públicas também leve em considerações esses pontos.

A dependência econômica não participa do modelo na cidade Capitólio, por ser uma característica específica dessa população. Mas para replicação do estudo é importante a utilização dessa variável uma vez que ela pode influenciar a forma que as pessoas avaliam a forma que os serviços de turismos são prestados pelo município.

Além disso, recomenda-se a realização de um estudo qualitativo junto aos moradores para que possa ter uma maior compreensão das categorias apresentadas, assim como a definição de outros componentes significativos presentes na dinâmica turística, não reconhecido neste estudo.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOCK, A. C. **Discovering structural equation modeling using**. Stata. Stata Press books, 2013.

ALVES, A. M.; DE MEDEIROS, J. L.; MARACAJÁ, K. F. B. Planejamento turístico: um estudo sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Seridó. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 12, n. 1, 2012.

ALVES, M. B. Turismo e Desenvolvimento Local: a qualidade de vida sob a ótica da população do Arraial de Conceição do Ibitipoca- MG. **Revista Turismo em Análise**, v. 25, n. 3, p. 628–648, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v25i3p628-648>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/87679>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

AMORIM, F. A.; DE CONTO, S. M.; PEREIRA, G. S. Turismo de bem-estar e sustentabilidade na produção do conhecimento: um estudo baseado no Portal de Periódicos da Capes. **Conjecturas**, v. 22, n. 1, p. 1260-1273, 2022.

ARAÚJO, L.M.; CARVALHO, R. C. O turismo de massa em debate: a importância de sua análise para o planejamento turístico do estado de Alagoas, Brasil. In: X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós Graduação em Turismo. 2013. Caxias do Sul, RS. **Anais [...]**. Caxias do Sul, RS, 09-11 out. 2013. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/%5B35%5Dx_anptur_2013.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2021.

ARAÚJO, J. M, PAULA, B. T. ; SILVA, F. C.; FARIA, E. R. A dinâmica turística local na percepção de residentes: um estudo em Armação dos Búzios/RJ. In: VII Encontro Brasileiro de Administração Pública. **Anais [...]** Brasília. 2020 Disponível em: <http://ebap.sbap.org.br>. Acesso em: 19 de junho de 2022.

BARBOSA, A. M. **Subsídios para o planejamento em ecoturismo na região do médio Rio Grande, Minas Gerais, utilizando geoprocessamento e sensoriamento remoto**. INPE - Instituição Nacional de Pesquisas Espaciais. São José dos Campos. 2003.

BARRETO, M.. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus. 1991.

BENI, M. (1998). **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac.

BENI, M. C. Saturação e Rejeição ao Turismo nas Destinações Turísticas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 2, p. 1–8, 2020. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1847>. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1847/1353>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

BOULHOSA, M; FARIAS, Kassia S.; FIGUEIREDO, S. L. Políticas públicas e desenvolvimento na Ilha de Marajó, Brasil: Participação e exclusão no turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 36, n. 1, p. 313-323, 2021.

BUCKLEY, R. C. Safaris can help conservation. **Nature**, v. 467, n. 7319, p. 1047, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1038/4671047d>. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20981083/>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

BUTLER, R. W. The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for management of resource. **The Canadian Geographer**, v. 24, n.1, p. 5-12, 1980. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1980.tb00970.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1541-0064.1980.tb00970.x>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

BUTLER, R. W. Sustainable tourism: A state-of-the-art review. **Tourism Geographies**, v. 1, n.1, p. 7-25, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616689908721291>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/action/showCitFormats?doi=10.1080%2F14616689908721291>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

CAMILO, I.; BAHL, M. Desenvolvimento do turismo baseado em elementos culturais. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 10, n. 1, p.1-12, 2017.

CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação**, v. 1, n. 16, p. 48–59, 2009. DOI: <https://doi.org/10.33081/formacao.v1i16.861>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/861>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

CARVALHO, M. D. L. D.; BARBOSA, T. R. D. C. G.; SOARES, J. B. Implementação de política pública: uma abordagem teórica e crítica. In: **X Colóquio Internacional sobre Gestão Universitaria em América del Sur**. 2010. Mar del Prata, Argentina. **Anais [...]**. Mar del Prata, Argentina, 08-10 dez. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/97020>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

CASTELLANI, V. .; SALA, S. . Sustainable performance index for tourism policy development. **Tourism Management**, v. 31, n. 6, p. 871–880, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2009.10.001>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517709001721>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

COITINHO, G. B.; MIRANDA, M. G.; FRIEDE, R. Impactos socioambientais do turismo na Ilha Grande–RJ. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 27, n. 52, p. 101–121, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2018.v27.n52.p101-121>. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/download/5300/3348/>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

COLASANTE, T; DA SILVA, E. Pl. Potencialidades para o desenvolvimento do turismo em Magalhães de Almeida-MA. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 15, n. 2, p. 68-90, 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **Turismo: o Turismo como gerador de desenvolvimento**. Vol. 11– Brasília, 2012.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**, 7a ed. Porto Alegre: Bookman, 2003, 640p.

CORDEIRO, I; KÖRÖSSY, N. Quando as políticas públicas de turismo sustentável ignoram a

dimensão social: reflexões a partir do estudo de caso de Fernando de Noronha (PE). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 18, n. 3, 2019.

CORTINA, J. M. What is coefficient alpha? An examination of theory and applications. **Journal of Applied Psychology**, 78, 98-104. 1993. DOI:10.1037/0021-9010.78.1.98.

COSTA, Márcia Filipa Silva. **A importância do planeamento sustentável no turismo em territórios de baixa densidade**. Tese de Doutoramento.2021. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/19093/1/DM_MarciaCosta_2021.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2022.

CRUZ, R. C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. spe2, p. 63–79, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552005000600006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/yMkXZ59bTp4VmJyFzbwBfDm/?lang=pt>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

DAMAS, M. T. Turismo Sustentável: Reflexões, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.13, n. 2. Mai-jul. pp. 310-327.2020.

DANTAS G. Q. **Explore, cuide e ame o lugar que eu moro: uma análise da importância e desempenho de iniciativas de turismo sustentável e sua relação com a satisfação com o lugar em que vive e qualidade de vida do residente**. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21082/1/GabrielaQueirogaDantas_Dissert.pdf. Acesso em: 30 de maio de 2022.

DENKEWICZ, P.; MARTINS, B. M. L.; NIGRO, G. T. Turismo e comunidades tradicionais: uma reflexão acerca da Ilha do Mel, PR. **Turismo e Sociedade**, v. 14, n. 3, 2022.

DIAS, R. **Planejamento turístico: política de desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas. 2008.

DREDGE, D.; JENKINS, J. M. **Tourism planning and policy**. John Wiley, Brisbane 2007. Disponível em: <https://www.wiley.com/en-ad/Tourism+Planning+and+Policy-p-9780470807767>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

EUSÉBIO, C.; RODRIGUES, S. O desenvolvimento do turismo em destinos rurais: percepções dos impactes, interação e atitudes dos residentes. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, v. 1, n. 21/22, p. 423–438, 2014. Disponível em: <http://each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=49017>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

FADINI, A. A. B.; FERMINO, E. S.; HOEFEL, J. L. M.; SUAREZ, C. F. S. Políticas públicas e participação social: perspectivas de turismo sustentável em Vargem (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 3, n. 1, p. 91–108, 2010. DOI: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2010.v3.5876>. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5876>. Acesso em: 28 de maio

de 2021.

FALCÃO, M. C.; GÓMEZ, C. P. Análise da sustentabilidade de destino turísticos: uma proposta teórica de adequação do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da sustentabilidade. **Turismo - Visão e Ação**, v. 14, n. 3, p. 304–321, 2012. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v14n3.p304-321>. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/2863>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 813-836, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7016>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

FÁVERO, L.P.; SILVA, F.L.; BELFIORE, P.; CHAN, B. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. Acesso em: 12 de maio de 2022.

FELIX, J. P. S., CHAGAS, M. M., MARQUES-JUNIOR, S., E SILVA, V. H. Análise da relação entre dependência econômica e a percepção dos residentes sobre os impactos do desenvolvimento turístico da Praia da Pipa/RN, **Applied Tourism**, 2 (3): 37-64 ,2017.

FELIX, J. P. S.; FARIAS, M. F. de; CHAGAS, M. M. das; MARQUES JÚNIOR, S. Turismo de Base Local e Cultura: uma análise da relação entre o apoio ao turismo e seus antecedentes em comunidades indígenas e quilombolas no rio grande do norte (brasil). **Revista Turismo: estudos e práticas**, Mossoró, v. 9, n. 1, p. 1-25, set. 2020.

FOLLETO, S., THOMÉ-ORTIZ, H., SANTOS, E. D. O., GONZALES, N. A. A. Fatores que interferem no desenvolvimento do turismo sustentável no espaço rural do roteiro turístico vale dos vinhedos, de Bento Gonçalves/RS–Brasil. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, 15(2), 204-222.2018

GANDARA, J. M., TORRES, E., e LEFROU, D. (2003), “A participação de todos os atores no processo turístico”, in Anais do I Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. U.C.S. Caxias do Sul. <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt13-a-participacao.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2022

GARAVITO, L.; OCHOA, F. El turismo y el desarrollo en Colombia, 2002-2014. **Debates contemporáneos sobre el turismo: nuevos retos del turismo. Casos de estudio sobre los vínculos entre la gobernanza, el desarrollo y la sostenibilidad**, v. 1, p. 21-49, Bogotá: Universidad Externa de Colombia, 2016. <https://doi.org/10.2307/j.ctv18mspqw>

GASTEL, S.; MOESCH, M. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. 1. ed. São Paulo: Aleph, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B. **Tourism: principles, practices, philosophies**. 10th ed. Nova Jersey: John Wiley & Sons, Inc, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/13032917.2016.1276698>

GONZÁLEZ, M. V. La política turística: una arena de acción autónoma. **Cuadernos de Turismo**, v. 0, n. 27, p. 953–969, 2011. DOI: <https://doi.org/10.6018/turismo>. Disponível em: <https://revistas.um.es/turismo/article/view/140301>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C.; GREUEL, M. C.; CERVEIRA, J. L. Políticas públicas do turismo e sustentabilidade: a interrelação na esfera nacional, estadual e local. **Turismo - Visão e Ação**, v. 15, n. 1, p. 95–111, 2013. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v15n1.p095-111>. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/3546>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; e TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Bookman editora. 2009.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Studying public policy: Policy cycles and policy subsystems**. Oxford: Oxford university press, 2009.

IBGE. Censo demográfico, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

JENKINS, C. L. . Tourism policy and planning for developing countries: Some critical issues. **Tourism Recreation Research**, v. 40, n. 2, p. 144–156, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/02508281.2015.1045363>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02508281.2015.1045363?journalCode=rtrr20>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

JORIS, S. **Autonomia municipal e participação popular no processo de planejamento e gestão do turismo em cidades pequenas: um estudo de Balneário Barra do Sul-SC**. 2010. 154f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, Brasil, 2010. Disponível em: <https://siaiap39.univali.br/repositorio/handle/repositorio/1360>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

KÖRÖSSY, N. Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 56–68, 2008. Available at: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/238>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

KURIMORI, M. R. M. **Análise dos Impactos Socioambientais do Turismo no Município de Capitólio (MG)**. 2018. 120f. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia - Universidade de São Paulo, Lorena, SP, Brasil, 2018. Disponível em: <http://sistemas.eel.usp.br/bibliotecas/monografias/2018/MEA18004.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

LANZARINI, R.; BARRETTO, M. Políticas Públicas no Brasil para um Turismo Responsável. **Turismo - Visão e Ação**, v. 16, n. 1, p. 185, 2014. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v16n1.p185>. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/5945>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

LEONEL, V.; MOTTA, A. M. **Ciência e pesquisa**. Palhoça: Unisul Virtual. 230p. 2007.

- LIMA, A. G. A.; MARQUES JUNIOR, S. Avaliação sócio-ambiental em comunidades receptoras: uma contribuição ao estudo dos impactos da atividade turística na visão dos moradores da vila de Ponta Negra, Natal/RN. **Holos**, v. 3, p. 161–170, 2007. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2007.138>. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/138/126>. Acesso em: 28 de maio de 2021.
- LIMA, T. C. G. **Moradores e turistas: significado e impacto do turismo em Paraty/RJ**. Dissertação (Mestrado). São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/17831/1/Thais%20C%20G%20Lima.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2022.
- LIMA, P. S. V. D. **Análise das percepções da comunidade local de Arez/RN em relação ao desenvolvimento turístico sustentável do município**. 2021.
- LIMA, S. C. M. **As percepções dos residentes do papel do turismo no desenvolvimento da Ilha da Boavista**. 2012. 97f. Dissertação (Mestrado em Economia Local) – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/19786>. Acesso em: 28 de maio de 2021.
- LOHMAMNN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.
- MACHADO, A. F.; SOUZA, B. B.; KELMER, M. A. O turismo de natureza em Capitólio-MG: práticas e impactos. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, v. 2, n. 3, p. 86–96, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/raei/article/view/3245>. Acesso em: 28 de maio de 2021.
- MALTA, G. A. P.; BRAGA, S. S.; BARBOSA, M. F. P. Concepções de desenvolvimento econômico e a compreensão do papel do turismo na redução da pobreza. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 13 (2), p. 16-31, maio/ago. (2019) <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v13i2.1513>
- MALHOTRA, N. K. ; LOPES, E. L.; VEIGA, R. T. Modelagem de Equações Estruturais com Lisrel: Uma Visão Inicial. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 2, p. 28–43, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5585/remark.v13i2.2698>. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/31079/modelagem-de-equacoes-estruturais-com-lisrel-uma-visao-inicial/i/pt-br>. Acesso em: 28 de maio de 2021.
- MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. Lisboa: Edições Sílabo. 2003.
- MARÔCO, J. **Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software & aplicações**. 2. ed. Pêro Pinheiro: Soluções Gráficas, 2014.
- MARUJO, N. **O contributo do turismo de eventos para o desenvolvimento turístico de uma região**. 2015. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/16747>. Acesso em: 17 de junho de 2022
- MEDEIROS, G. F., COSTA, J. F. Satisfação e apego ao lugar: implicações para qualidade de

vida em uma visão de marketing de lugares. **Turismo em Análise**, 26(4), 795-816 (2015)

MELO, M. R.S; GUEDES, N. M. R. Atratividade Turística em Unidades de Conservação no Mato Grosso do Sul: perspectivas para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 15, n. 2, 2022.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Turismo e sustentabilidade. Brasília: MTUR, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo e sustentabilidade**. Brasília: MTUR, 2016.

MONFORT M. V. M. **Competitividad y factores críticos de éxito en la “hotelería de litoral”**: experiencia de los destinos turísticos Benidorm y Peñíscola. Tese de Doutorado. – Universidad de Valência - Espanha: Biblioteca Virtual Miguel Cervantes, FITUR /IFEMA. 2000.

MONTEIRO, F. A. O Turismo como ferramenta para promover o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente em Piraquara (Paraná, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 11, n. 3, 2019

MOREIRA FILHO, O. Uma transposição de rio esquecida. **Revista UFG**, v. 8, n. 2, p. 78–82, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48093>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

OLIVEIRA, V. D. A. **Nova sede da prefeitura de Capitólio**. 2018.

PAULA, B. T. ; SILVA, F. C.; FARIA, E. R. Políticas públicas para o turismo sustentável: o caso de Armação dos Búzios – RJ. **Revista Turismo em Análise**, v. 31, n. 2, p. 316–338, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i2p316-338>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/164493>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

PELLEGRINI, M.; PADILHA, A. C. M; SOUZA, M. Práticas ambientalmente sustentáveis em empreendimentos turísticos. **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 1, jan/mar, p. 86-107, 2022.

PEREIRA, K. T. B.; VIEIRA, E. T.; GALVÃO JR., L. da C.; DOS SANTOS, M. J. Desenvolvimento Social e Econômico: Os impactos do turismo no município de Ilhabela/SP. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 23, p. 154–171, 2019. DOI: 10.48075/igepec.v23i0.22750. Disponível em <https://erevista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22750>. Acesso em: 3 maio. 2022.

PHILIPPHI JR., A.; SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V. **Gestão de natureza pública e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2012.

PRADELLA, R. M.; MARCON, H.L.; CÉZAR, P.A.B.; MOSCHEN, S.A. Planejamento turístico e o planejamento físico-territorial segundo planos diretores municipais. In: Fórum internacional de turismo de IGUAÇU. 2018. Foz do Iguaçu, PR, Brasil. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 2018. Disponível em: <https://festivaldascataratas.com/forum-turismo/anais/2018/politicas-publicas/planejamento-turistico-e-o-planejamento-fisico->

territorial.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2021.

RABELO, M. T. O.; ARTS, K. A. J.; GIRARD, P.; IORIS, A. R.; FIGUEIREDO, D. M. Percepção dos atores sociais do turismo sobre o pulso de inundação do Pantanal (MT).

Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 10, n. 3, p. 708–736, 2017. DOI:

<https://doi.org/10.34024/rbecotur.2017.v10.6649>. Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6649/4243>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

RIBEIRO, M. N. L.; HIGUCHI, M. I. G. Percepções sobre turismo, lazer e conservação

ambiental: um estudo com moradores do entorno de uma reserva florestal urbana. **Revista**

Turismo em Análise, v. 19, n. 3, p. 472–487, 2008. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v19i3p472-487>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14165>.

Acesso em: 28 de maio de 2021.

ROGERS, W. M.; SCHIMITI, M.; MULLINS, M. E. Correction for unreliability of multifactor measures: comparison of Alpha and parallel forms approaches.

Organizational Research Methods, 5, 184-199. 2002.

<http://doi.org/10.1177/1094428102005002004>

SCOTT, N. Tourism Policy: A Strategic Review. **Contemporary Tourism Review**.

Goodfellow Publishers Limited, Woodeaton, Oxford. 2011. Disponível em:

https://www.goodfellowpublishers.com/free_files/fileTourismPolicy.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2021.

SCHUSSEL, Z. G. L. Turismo, desenvolvimento e meio ambiente. In: BRASILEIRO, M. D.

S., MEDINA, J. C. C.; CORIOLANO, L. N. (Orgs.) **Turismo, cultura e desenvolvimento**

[online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7y7r5>.

Acesso em: 28 de maio de 2021.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning. 168 p. 2014.

SENA, M. F. A.; QUEIROZ, O. T. M. M. . Impactos ambientais e sócio-culturais do turismo de segunda residência: o caso de Ponta da Tulha, Ilhéus, BA. **Caderno Virtual de Turismo**,

v. 6, n. 4, p. 94–106, 2006. Disponível em:

<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/157>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

SILVA, Elton Pereira da. **Políticas (Públicas?) de Turismo no Contexto da Violência e do**

Medo em Espaços Livres Públicos de Recife, Pernambuco. UFPE, Tese de Doutorado,

2017. Disponível em: <

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/30474/1/TESE%20Elton%20Pereira%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2022

SILVA, K. C. M. **A Importância do Turismo para o Desenvolvimento Econômico do**

Estado do Espírito Santo. 2004. 65f. Monografia (Graduação em Economia) –

Departamento de Economia - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES. 2004.

Disponível em:

<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Publicacoes/Outras/Monografias/>

KELYCRISTINAMENDESDASILVA.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2021.

SILVA, M. D. G.; MIRANDA, E.A. Planejamento do turismo para o desenvolvimento local. **Revista brasileira de planejamento e desenvolvimento**, 2(2), 94-103. 2013. Disponível em: Dialnet-PlanejamentoDoTurismoParaODesenvolvimentoLocal-5262016.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2022.

SILVA, N. C.; CÂNDIDO, G. A. Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: um estudo de caso do município de Areia-PB. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, p. 475-496, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/vj97K7rg9bv3xGymvnMWZQk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 de julho de 2021.

SOUZA, C. O.; EMMENDOERFER, M. L.; KNUPP, M. E. C. G. Questão Ambiental: dimensão periférica em política pública de turismo? **Revista Turismo em Análise**, v. 28, n. 3, p. 450–473, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v28i3p450-473>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/123915>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

SPINOLA, C. A. O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v.8, n.13, 2006. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/75/79>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

STEVENSON, N.; AIREY, D.; MILLER, G. Tourism policy making: The policymakers' perspectives. **Annals of tourism research**, v. 35, n. 3, p. 732-750, 2008.

STREINER, D. L. Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter. **Journal of Personality Assessment**, 80, 3, 217-222. 2003.

SWARBROOKE, J. **Gestão sustentável do turismo**. Cabi, 1999.

TASSO, J. P. F.; MOESCH, M. M.; NÓBREGA, W. R. M. Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo : uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, n. 1, p. 1–17, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2141> 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/s7YXVtfQ9Sfw8ZJTfskGBmk/?lang=pt>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

WALIGO, V. M. ; CLARKE, J.; HAWKINS, R. Implementing sustainable tourism: A multi-stakeholder involvement management framework. **Tourism Management**, v. 36, p. 342–353, 2013. DOI <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.10.008>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517712001884>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

YÁZIGI, E. **Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo**. São Paulo: Plêiade, 573 p.2009.

YIN, R. K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE EM CAPITÓLIO – MG

Caro morador,

Este questionário é parte fundamental de uma pesquisa científica realizada com o apoio da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, pelo Departamento de Administração e Contabilidade.

Agradecemos a sua colaboração, que será de suma importância.

Gratos,

Camila Silveira Leonel (cel.: (31) 9 9229-8100 e e-mail: camila.leonel@ufv.br) e

Evandro Rodrigues de Faria (e-mail: evandroadm@ufv.br).

PARTE I – CARACTERIZAÇÃO

1. Local de Nascimento (Cidade e Estado): _____

2. Tempo de Moradia em Capitólio (Em Anos): _____

3. Gênero: _____

4. Idade: _____

5. Renda Familiar (Salários Mínimos): _____

6. Ocupação:

- Estudante
- Autônomo
- Setor Público
- Empresário - empresa ligada ao turismo
- Empresário – empresa não ligada ao turismo
- Funcionário do Setor Privado – empresa ligada ao turismo
- Funcionário do Setor Privado – empresa não ligada ao turismo
- Não trabalho
- Outro _____

7. Grau de instrução:

- Analfabeto
- Fundamental Incompleto
- Fundamental Completo
- Médio Incompleto
- Médio Completo
- Superior Incompleto

| | | | | | | |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| que ela é muito tranquila para se viver. | | | | | | |
| Trabalho diretamente com o turismo. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Pessoas da minha família trabalham diretamente com o turismo | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| O turismo aumenta a renda da população capitolina. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| A maior parte da minha renda provém do trabalho com o turismo. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Há pouca oferta de trabalho na cidade não ligada ao turismo. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| A comunidade como um todo está envolvida com o turismo na cidade. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Existem ações públicas locais de fomento a empresas ligadas ao setor de turismo | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| O turismo é benéfico para a cidade. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| O turismo no município é sustentável. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| O turismo é sustentável, graças a participação dos moradores nas decisões públicas relacionadas ao turismo | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| O turismo no município traz a preservação e a manutenção do meio ambiente como prioridade | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| O turismo no município evidencia a preservação da cultura e os valores da localidade | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| O turismo no município traz o desenvolvimento econômico, buscando a administração de recursos e a equidade na distribuição da renda. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| O turismo no município garante a relação entre os órgãos públicos e os atores sociais. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Caso haja algum comentário que queira fazer, sinta-se à vontade. Utilize também este espaço para citar mais problemas que você perceba e que não tenham sido citados ou para descrever melhor seu posicionamento.
